



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JUCILENE SANCHES RODRIGUES ONETTA

**AS CONTRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS PARA O TRIPÉ
DOCENTE-FAMÍLIA-DISCENTE, COM VISTAS À EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE: uma pesquisa bibliográfica**

ITAITUBA-PA

2022

JUCILENE SANCHES RODRIGUES OENTTA

**AS CONTRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS PARA O TRIPÉ
DOCENTE-FAMÍLIA-DISCENTE, COM VISTAS À EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE: uma pesquisa bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Plena em Pedagogia.
Orientadora: Prof.^a Ma. Elínes dos Santos Batista

ITAITUBA-PA

2022

ONETTA, Jucilene Sanches Rodrigues.

AS CONTRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS PARA O TRIPÉ
DOCENTE-FAMÍLIA-DISCENTE, COM VISTAS À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE:
uma pesquisa bibliográfica, Jucilene Sanches Rodrigues Onetta. Itaituba CLPP da
FAI, 2022.

61 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba – FAI,
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR – PA, 2022.

Orientadora: Prof.^a Ma. Elines dos Santos Batista.

JUCILENE SANCHES RODRIGUES ONETTA

**AS CONTRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS PARA O TRIPÉ
DOCENTE-FAMÍLIA-DISCENTE, COM VISTAS À EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE: uma pesquisa bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Plena em Pedagogia.
Orientadora: Prof.^a Ma. Elines dos Santos Batista

BANCA EXAMINADORA

Presidente/ Orientadora: _____ Nota: _____

Prof.^a Ma. Elines dos Santos Batista

Avaliador (a) 1: _____ Nota: _____

Prof.^a Esp. Mara Aparecida Pereira do Nascimento

Avaliador (a) 2: _____ Nota: _____

Prof. Esp. Raimundo Reis de Almeida

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 12 de agosto de 2022.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido o Espírito Santo para me dar auxílio nos momentos bonitos deste trabalho, me presenteando a saúde, paciência e sabedoria para concluir essa pesquisa.

Aos meus pais, que esperaram e oraram junto comigo por esse momento me dando forças para concluir mesmo com todas as dificuldades. Me sinto feliz por realizarmos juntos.

Ao meu esposo e filhos que pacientemente, sempre muito otimistas, me incentivaram sempre apontando o melhor caminho a seguir diante de todas as privações que passamos juntos para hoje chegarmos aqui.

Aos meus professores pela torcida e construção de quem eu sou hoje.

A minha Orientadora, **Elínes dos Santos Batista** pelo empenho, paciência e dedicação em seu trabalho.

Ao seu **Ivan Mendonça**, primeira pessoa a acreditar que eu poderia ser uma professora e foi para mim uma ponte para que eu conseguisse tudo o que Deus já havia planejado para minha história.

Louvo a Deus por minha Faculdade; por me esperar e nunca desistir de mim mesmo quando eu já havia desistido de tudo.

Obrigada de coração a dona Margaret que nunca me abandonou e lutou por mim em todo o tempo de todas as formas sempre acreditando que eu seria capaz.

Hoje, essa conclusão de tudo se resume em uma frase que me define em todo esse processo: "A esperança nunca morre quando a fé continua viva".

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por se fazer presente em todos os momentos da minha vida, aos meus pais por toda oração contínua sobre esse trabalho; aos meus sogros pela participação financeira e apoio emocional; ao meu esposo por sua paciência, apoio e orientação sempre; aos meus filhos, Felipe e Fernando pela consideração e confiança; a minha filha Rebeca que nos momentos mais difíceis esteve me ajudando com seu carinho, presença, incentivo diário na construção desse trabalho.

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é compreender quais as contribuições dos técnicos educacionais, com vistas à educação de qualidade. Os objetivos específicos dedicam-se a trazer um apanhado geral quanto ao histórico evolutivo da formação em Pedagogia e sua abrangência de atuação profissional e observar a dinâmica de problemas subjetivos e coletivos, internos e externos que se refletem na escola. O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, por meio de uma revisão da literatura, com fontes secundárias, realizada através da busca de artigos com os seguintes descritores: "Educação de qualidade", "problemáticas individuais e coletivas refletidas na Escola" e "o papel dos técnicos educacionais", fundamentado em vários autores que tratam da temática em questão. Verificou-se que função do técnico educacional se ampliou, englobando às preocupações da Educação que se refletem na sociedade e vice-versa. Este profissional dedica-se, entre outras tarefas, a responder aos reclamos e à mediação de conflitos, a dar suporte para a gestão e para a docência, atenção aos pais e ou responsáveis e, principalmente, aos alunos no que tange às suas necessidades educacionais e emocionais. Ficou passível de conclusão que os técnicos educacionais representam papel de suma importância no desenvolvimento dos educandos, não somente voltados às questões pedagógicas, mas com um olhar sobre o educando como um todo, com vistas a uma Educação de qualidade.

Palavras - chave: Técnico Educacional. Contribuições. Docente. Discente.
Família

ABSTRACT

The main objective of this study is to understand the contributions of educational technicians, with a view to quality education. The specific objectives are dedicated to bringing an overview of the evolutionary history of training in Pedagogy and its scope of professional performance and to observe the dynamics of subjective and collective, internal and external problems that are reflected in the school. The study is a bibliographic research, with a qualitative approach, through a literature review, with secondary sources, carried out through the search for articles with the following descriptors: "Quality education", "individual and collective problems reflected in the School" and "the role of educational technicians", based on several authors that deal with the subject in question. It was verified that the role of the educational technician has expanded, encompassing the concerns of Education that are reflected in society and vice versa. This professional is dedicated, among other tasks, to responding to complaints and conflict mediation, to providing support for management and teaching, attention to parents and/or guardians and, mainly, to students regarding their educational needs. and emotional. It was possible to conclude that educational technicians play a very important role in the development of students, not only focused on pedagogical issues, but with a look at the student as a whole, with a view to quality education.

Keywords: Educational Technician. contributions. Teacher. student. Family

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO	10
1.1 PEDAGOGIA: ASPECTOS HISTÓRICOS, FORMAÇÃO E ABRANGÊNCIA.....	10
1.2 O PEDAGOGO EM AMBIENTE NÃO ESCOLAR.....	13
1.3 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NAS MODALIDADE DE ENSINO	19
2 A GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR	25
2.1 A GESTÃO ESCOLAR: TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	25
2.1.1 A gestão escolar: compreendendo a liderança	30
2.2 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	32
2.3 A SUPERVISÃO EDUCACIONAL.....	35
2.4 TÉCNICO EDUCACIONAL E SEU AMBIENTE DE INTERAÇÃO.....	36
3 AS CONTRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS PARA O TRIPÉ DOCENTE-FAMÍLIA-DISCENTE, COM VISTAS À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	39
3.1 METODOLOGIA APLICADA AO ESTUDO.....	39
3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS COM VISTAS À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.....	40
3.2.1 Interação Escola, Técnico Educacional e Família	40
3.2.2 Um olhar para os dilemas da tecnologia e da globalização	43
3.2.3 Consequências pós-pandemia para o alunado	49
3.2.4 O Resgate´ da aprendizagem pós-paralização e voltas às aulas	50
3.2.5 As perdas e os sofrimentos: oportunidades de construção	51
3.2.6 A imprescindível contribuição do técnico educacional	53
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo é compreender quais as contribuições dos técnicos educacionais, com vistas à educação de qualidade. Os objetivos específicos dedicam-se a trazer um apanhado geral quanto ao histórico evolutivo da formação em Pedagogia e sua abrangência de atuação profissional e observar a dinâmica de problemas subjetivos e coletivos, internos e externos que se refletem na escola.

O ser humano é complexo, logo, a escola é complexa, por ser um ambiente onde convencem vigias, merendeiras pessoal do serviços gerais, secretários e gestores e técnicos educacionais docentes, alunos e seus pais e responsáveis. Todos com suas bagagens históricas e culturais, experiências e vivências. portanto, a escola recebe todos os dias seres humanos que compartilham dos problemas sociais, econômicos, familiares, de Saúde pública, de relacionamentos de toda ordem, enfim, tudo reflete-se na escola.

Os técnicos educacionais, neste contexto descrito, dedicam-se, mais especificamente, os docentes, no que tange a didática e metodologias e planejamento, como também, seus anseios e entrave, e, prioritariamente, aos alunos e família, conforme suas demandas. Então as questões norteadoras deste estudo compreendem: Quais as dificuldades e contribuições efetivas dos técnicos educacionais para a dinâmica escolar? Quais os principais problemas externos da atualidade que são refletidos no âmbito escolar? Como o diálogo, a afetividade e empatia se apresenta no ambiente escolar?

Justifica-se como relevante dedicar-se a uma pesquisa que aborde estes temas, para enriquecer a formação pessoal e de outros que possam ter acesso a este material, refletindo-se que é necessário terminar o curso de Licenciatura Plena Em Pedagogia levando na bagagem, conhecimentos teóricos e didáticos metodológicos, mas também, é preciso levar a compreensão da escola enquanto ambiente de interação de vários sujeitos, onde pode haver conflitos, problemas emocionais, entre tantas outras possibilidades de dificuldades, desde o aluno, a comunidade escolar em si.

O estudo entrara-se em três capítulos. O primeira alicerça a pesquisa trazendo apanhado geral que informa a atuação do pedagogo em ambientes não escolares e nas modalidades de ensino. O segundo, trata dos aspectos conceituais e da evolução histórica da gestão, e dos técnicos educacionais que representam, na atualidade, o

orientador e o supervisor. O terceiro capítulo, inicialmente, apresenta mais detalhadamente, metodologia utilizada, que se trata de uma pesquisa bibliográfica e, sequencialmente, aborda as dificuldades e contribuições dos técnicos educacionais, bem como, seu papel quanto às as problemáticas cotidianas, individuais e coletivas, que se refletem na escola. Finaliza-se com a conclusão do estudo e com a apresentação das referências utilizadas.

1 CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO

1.1 PEDAGOGIA: ASPECTOS HISTÓRICOS, FORMAÇÃO E ABRANGÊNCIA

De acordo com Libâneo (2002), as questões referentes ao campo de estudo da Pedagogia, da estrutura do conhecimento pedagógico, da identidade profissional do pedagogo, do sistema de formação de pedagogos e professores, frequentaram por décadas debates em todo o país.

A atuação do pedagogo esteve quase sempre direcionada ao espaço escolar. Ao longo dos anos o curso foi tentando se adaptar as novas demandas advindas da sociedade e as reformulações curriculares no perfil foram modificando também a função do pedagogo. A partir de 1996, segundo a Lei de Diretrizes de Bases nº 9394, o campo de atuação do pedagogo não ficou restrito a educação na escola.

O curso de Pedagogia passou a formar pedagogos aptos para atuarem, também, em espaços de educação não formal, por conta das demandas educativas advindas da sociedade, o que aponta para as transformações inerentes a todo processo sócio histórico e implica um movimento permanente de reflexão crítica sobre o papel do pedagogo na formação social dos sujeitos.

A educação perpassa por toda a esfera social, entre os mais variados espaços como, em casas, nas escolas, em praças, movimentos sociais ou políticos, espaços religiosos, em organizações não governamentais, entre outros e que, cada espaço poderá ter, ou não, intencionalidades distintas. Os objetivos e conteúdo da educação não são sempre idênticos e imutáveis, antes variam ao longo da história e são determinados conforme o desdobramento concreto das relações sociais, das formas de econômicas da produção e lutas sociais (LIBÂNEO, 2002, p.79).

Para o autor o pedagogo perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo as esferas mais amplas da educação informal e não-formal. Nessa direção, Gohn (2006), esclarece que a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados e a educação informal é aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, na família, bairro, clube, amigos, etc.

A educação não formal é carregada de valores e culturas próprias, "de pertencimento e sentimentos herdados e a educação não-formal é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de

experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas (GOHN, 2006, p.28).

De acordo com o autor a educação não-formal, ou seja, não escolar, capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo.

O curso de Pedagogia, regulamentado em 1939, pelo Decreto Lei de nº 1190/1939, previa a formação do bacharel para os que cursassem 3 anos, e aos que fizessem mais um ano de estudos dedicados as práticas de ensino e das didáticas, seria dado o título de licenciado para ensinar nas áreas de geografia, matemática, histórias e estudos sociais. Com a "homologação da 1ª Lei de Diretrizes e bases da Educação, LDB, de nº 4.024/1961, e posteriormente o Parecer CFE nº 251/1962 e 292/1962, não modificou o contexto do curso de Pedagogia" (OLIVEIRA, 2012, p.28).

O curso de Pedagogia seguia pela busca da sua identidade, havendo a necessidade de mudança, houve a proposta de uma nova Lei de nº 5.540 de 1968, conhecida como A Lei da Reforma Universitária (BRZEZINSKI, 2002).

Vieira (2008) fala que a Lei definiu, no artigo 30, os especialistas que atuariam nos sistemas de ensino, criando as habilitações em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação, mas, segundo o autor na Lei 5.540 ainda não se via a formação docente como prioridade.

Franco (2012, p. 69) alega que neste período, "o Brasil abria mão de uma perspectiva pedagógica revolucionária, inovadora, progressista, para entrar numa perspectiva pedagógica tecnicista e antidemocrática". No entanto, no ano 1969, em virtude da Lei da Reforma Universitária, o Parecer nº 252/69, retificava e organizava o curso de Pedagogia, tendo assim a intenção de habilitar o profissional da educação em orientação, administração, supervisão e inspeção educacionais, seja ele bacharel ou licenciado.

Na década de 1980, há debates com movimentos tais como: ANDES – Associação Nacional de Professores do Ensino Superior, ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração Nacional, ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, em busca de um único objetivo, a educação (FRANCO, 2012).

Brzezinski (2002) diz que nesse período a cidadania foi elemento de união entre movimentos sociais e educação, que por sua vez, ocupa lugar central no conceito de cidadania coletiva, posto que essa se constrói no processo de luta, que é, em si próprio, um movimento educativo.

Em busca dessa cidadania coletiva, alguns educadores se uniram e formaram o Comitê Nacional Pró-reformulação dos Cursos de Pedagogia, com o objetivo de agregar o maior número de professores e estudantes no debate acerca das reformulações dos cursos de formação de educadores. Posteriormente esse comitê, veio a se transformar na Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores – CONARCFE, que propunham uma base comum para os cursos de Pedagogia. Em encontros posteriores, se observou a necessidade da base comum ser dividida em eixos curriculares, assim propostos: relação educação e sociedade conteúdo, método e material didático; escola e os profissionais do ensino e relação teoria-prático pedagógica, nos quais poderiam ser acrescentados outros eixos para a formação do educador (BRZEZINSKI, 2002, p. 87).

Em 1990, a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores – (CONARCFE) se transformou na então Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE e, na sequência dos fatos, formula-se a nova LDB de nº 9394 de dezembro de 1996, que em seu artigo 64, relata que a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Em virtude da LDB 9394/96, outras instituições foram criadas e reconhecidas para a formação de docentes da Educação Básica, dentre elas os ISE - Institutos Superiores de Educação, que ofereciam programas e cursos, dentre os quais o Curso Normal Superior para a formação de professores para a Educação Infantil e para as series iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 1996).

Com o novo quadro educacional que se formara, Pimenta e Libâneo, (1999) relatam que a atuação do Ministério da Educação e do CNE na regulamentação da LDB n. 9.394/96 tem provocado a mobilização dos educadores de todos os níveis de ensino para rediscutir a formação de profissionais da educação.

A nosso ver, não bastam iniciativas de formulação de reformas curriculares, princípios norteadores de formação, novas competências profissionais, novos eixos curriculares, base comum nacional etc. Faz-se necessária e urgente a definição explícita de uma estrutura organizacional para um sistema nacional de formação de profissionais da educação, incluindo a definição dos locais

institucionais do processo formativo. Entre os debates, contestações e polêmicas (PIMENTA; LIBÂNEO, 1999, p. 241).

A LDB 9.394/96 foi corrigida pelo Parecer CNE/CP nº 5/2005 e este foi reexaminado e retificado pelo Parecer CNE/CP nº 3/2006, que como retrata Oliveira (2012, p.57), “no parágrafo único do artigo 4º da DCNP, são desenhadas outras possibilidades de participação do pedagogo em atividades docentes”.

No Parágrafo único: As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- III - Produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

De acordo com as ainda de Oliveira (2012), o documento final do Parecer CNE/CP n.3/2006, o curso de Pedagogia fica definido que destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

1.2 O PEDAGOGO EM AMBIENTE NÃO ESCOLAR

Libâneo (2007) destaca quanto à atuação do pedagogo em diferentes campos educativos, de modo a atender as demandas sociais, este profissional deve estar qualificado para atuar em vários campos educativos, para atender demandas socioeducativas, de tipo formal e não formal e informal, decorrentes de novas realidades. Ele também aponta para o campo de interesse pelas atividades não-escolares, que proporcionam novos meios de trabalhos para o profissional da pedagogia.

Como já mencionado neste estudo, havia a visão de uma Pedagogia inserida somente na sala de aula, ou seja, envolvido com os problemas da educação formal, mas finalmente considerou-se que a educação tem se transformado na mola mestra, para enfrentar os desafios que se articulam dentro dela e em todos os seus segmentos da sociedade, desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico na atual era, a tão inovadora e desafiadora era da informação.

A educação é também a mola mestra para transformar a situação de miséria, tanto intelectual quanto econômica, política e social do povo, promovendo acesso à sociedade daqueles que são vistos como os excluídos. Possibilitando assim a transformação da sociedade numa sociedade mais justa e igualitária. "Os efeitos da crise econômica globalizada e a rapidez das mudanças na era da informação levaram a questão social para o primeiro plano, e com ela o processo da exclusão social, que já não se limita à categoria das camadas populares (GOHN, 2001, p. 5).

Dessa forma a educação sofre mudanças em seu conceito, pois deixa de ser restrita ao processo ensino-aprendizagem em espaços escolares formais, se transpondo aos muros da escola, para diferentes e diversos segmentos como: ONGs, família, trabalho, lazer, igreja, sindicatos, clubes, etc. Abre-se aqui um novo espaço para a educação, dando uma estrutura interessante à educação não formal. Com toda esta nova proposta e possibilidade de atuação, o profissional Pedagogo também se transforma, se adequando a esta nova realidade, se posicionando como profissional capacitado para caminhar junto a esta transformação da sociedade.

O Pedagogo deixa de ser, neste novo contexto, o mesmo Pedagogo do século XVIII, XIX e até mesmo século XX. Apresentando-se agora como agente de transformação para atuar nesta nova realidade. Hoje, o profissional pedagogo está sendo inserido em um mercado de trabalho mais amplo e diversificado possível, porque a sociedade atual, exige cada vez mais profissionais capacitados e treinados para atuarem nas diversas áreas (HOLTZ, 1999).

2 O pedagogo é um profissional que atua, além dos ambientes educacionais, em outras áreas, o seu papel em ambiente não escolar é de fundamental importância, pois é um profissional capacitado para desempenhar qualquer função que esteja relacionada a ser um mediador e articulador da aprendizagem (HEMSATH, 1998). ✓

Nota-se que em meio as transformações no curso de Pedagogia, o surgimento das habilitações pedagógicas favoreceu para o crescimento da identidade do pedagogo, assim, este profissional não está estrito apenas para a sala de aula, pois

suas funções expandiram-se em todos os ambientes educacionais (administração escolar, supervisão, orientação, coordenação, gestão, inspeção escolar) através da formação do curso de Pedagogia, possibilitando um leque de opções para crescimento do mercado de trabalho. Saviani (2007, p. 120) frisa que:

- A identidade do pedagogo está intimamente relacionada com sua formação profissional, com uma adequada fundamentação teórica que lhes permitirá uma ação coerente e com uma satisfatória instrumentação técnica que lhes possibilitará uma ação eficaz.

Assim, o pedagogo está apto a assumir qualquer área que corresponde a sua formação profissional. O problema do curso de pedagogia reside numa concepção que subordina a educação para a lógica do mercado de trabalho, pois as escolas deveriam servir à produtividade social, onde seria necessário que tivesse ajustamento mais completo às demandas e a necessidade do mercado de trabalho que são determinadas pelas leis que regem a sociedade do mercado de trabalho.

São vastos os campos de atuação do pedagogo e sua atuação em ambientes não escolares é em busca que este profissional desenvolva atividades dentro de sua habilidade pedagógica, podendo ser elas em capacitação de empresas, comunicação, e entre outras. O pedagogo em ambientes não educacionais contribui para o domínio de técnicas, conhecimentos e práticas, relacionadas à experiência adquirida em sua área de formação, citando-se na área hospitalar, em clubes, entre outras.

Empresas, hospitais, ONGs, associações, igrejas, eventos, emissoras de transmissão (rádio e Tv), e outros formam hoje o novo cenário de atuação deste profissional, que transpõe os muros da escola, para prestar seu serviço nestes locais que são espaços até então restritos a outros profissionais. E esta atual realidade vem com certeza, quebrando preconceitos e idéias de que o pedagogo está apto para exercer suas funções na sala de aula. Onde houver uma prática educativa, existe aí uma ação pedagógica (VEIGA, 1992).

As ações pedagógicas com profissionais de outras áreas, além da educação, auxilia efetivamente com a utilização de métodos com os funcionários, em busca da quebra da saída da rotina, da animação e da união no local em que trabalham, apontando para mais eficiência nas atividades, mais energia para o desenvolvimento do trabalho, resultando em um desempenho aprimorado (GOHN, 2001).

Na área empresarial, por exemplo, a presença do pedagogo em empresas ocorre em aumento na produtividade, o que está relacionado, de certa forma, à

instrução, visto que, a aprendizagem é um fator indispensável na vida de um ser humano e, o conhecimento, a criatividade e o autoconhecimento são frutos da aprendizagem.

A atuação do pedagogo neste ambiente não escolar leva a analisar o vínculo entre a educação e a economia, através das mudanças ocorridas no capitalismo internacional, fazendo surgir novas questões para a área da Pedagogia. Observando-se transformações tecnológicas e científicas, o pedagogo adaptou-se aos novos sistemas para organizar seu trabalho, mudança no perfil profissional e as mudanças na qualificação do trabalho (LIBÂNEO, 2005).

Na empresa, o pedagogo atua na área de Recursos Humanos (RH), podendo intervir de forma a desenvolver métodos para que os funcionários aprendam a trabalhar em equipe, melhorando a relação interpessoal no trabalho e o rendimento da produtividade. O objetivo de dinâmicas no trabalho realizadas por um pedagogo objetiva também que minimizar conflitos, havendo troca de conhecimentos, sendo necessário, então, que a empresa tenha o hábito de estabelecer momentos de interação para que os funcionários não fiquem presos em rotinas (DATNER, 2006).

A pedagogia empresarial se apresenta como uma ponte entre o desenvolvimento das pessoas e as estratégias organizacionais" (LOPES, 2009, p. 32). Nessa direção, ressalta-se que o crescimento da empresa está relacionado na parceria do patrão e do funcionário, sendo que o crescimento acontece se for proporcionado técnicas através de treinamentos para a empresa, promovendo-se, desta forma, bons rendimentos de produtividade.

Considerando-se a Empresa como essencialmente um espaço educativo, estruturado como uma associação de pessoas em torno de uma atividade com objetivos específicos e, portanto, como um espaço também aprendente, cabe à Pedagogia a busca de estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem/apropriação de informações e conhecimentos (RIBEIRO, 2003, p. 9).

A atuação deste profissional no campo do turismo está relacionada a projetos e funções de recreação. Assim também, pode ter sua presença em acompanhamentos durante ocasiões e atividades de lazer e entretenimento, como excursões, passeios e visitas escolares; acampamentos.

Destacamos aqui sua atuação na área hospitalar, que teve início no período da segunda guerra mundial pelo o grande número de crianças mutiladas e sem

atendimento escolar que fez com que um grupo de médicos se mobilizassem para dar atendimento a essas crianças.

A pedagogia hospitalar foi criada para atender especificamente as crianças e adolescentes internados que estão fora da escola, dando apoio necessário para que os mesmos não percam o contato com o processo ensino aprendizagem. No momento presente, há uma grande conscientização dos profissionais para implantar a prática em todos os espaços de saúde (CALEGARI, 2003, p.89).

No Brasil, a Pedagogia Hospitalar começou a partir da década de 1990, quando os órgãos públicos sentiram a necessidade de inserir o serviço do pedagogo hospitalar, complementando a área da educação especial no Brasil, com a finalidade de acompanhar as crianças que estão afastada da escola por estarem doentes. O pedagogo hospitalar tem papel fundamental dentro da educação pois tem como finalidade acompanhar a criança ou adolescente no período de ausência escolar, internados em instituições hospitalares (ESTEVES, 2008).

A pedagogia hospitalar poderá atuar nas unidades de internação ou na ala de recreação do hospital. Esta nova prática pedagógica ameniza o sofrimento da criança internada no hospital, o paciente se envolve em atividades pedagógicas planejadas por profissionais voltados a área da educação (ORTIZ, 1999).

Há uma classificação para os alunos hospitalizados e suas particularidades em nível de aprendizado, assim elaborando um plano de trabalho mais sequencial e interdisciplinar. Ortiz (1999), fornece exemplo de quatro situações diferentes:

1) Aluno que nunca foi à escola, pois vive dentro de hospitais. Salientando neste caso, que acreditamos que a responsabilidade do professor hospitalar é não somente atendê-lo como também matriculá-lo em uma escola para que, quando receber alta hospitalar, tenha condições de dar continuidade aos seus estudos;

2) Aluno que frequentava escola, porém é internado no hospital e permanece por longo período;

3) Aluno que está em uma escola, é internado por um tempo, tem alta, volta para sua escola de origem, depois é internado novamente, fazendo disso sua rotina;

4) Aluno da Hemodiálise e Terapia Renal Substitutiva que na maioria das vezes não fica internado, mas ele está todos os dias no hospital e mesmo tendo maior frequência escolar, tem suas atividades e seu andamento escolar comprometidos pelos efeitos do tratamento.

No hospital a criança está longe do seu cotidiano voltado pelos amigos, brincadeiras e escola entrando em contato com integrantes do hospital enfermeiras, médicos além da família, por isso é fundamental a atenção do educador em articular atividades para a aceitação do paciente, na situação de internação no hospital. "Ter de ficar de fora é muito doloroso, vencer os obstáculos impostos pelas doenças, ao contrário é vitória, aprendizagem e desenvolvimento e as classes hospitalares podem ter esse mérito (FONSECA; CECCIM, 1999, p. 71).

Os autores supracitados comentam que uma das didáticas utilizadas é a utilização de atividades nas áreas de linguagem (narrativa de histórias, problematizações, leitura de imagem, comunicação através de atividades lúdicas), atividades podem auxiliar uma prática humanizada no atendimento Escolar Hospitalar.

Cunha (2001), ressalta a importância da brinquedoteca hospitalar, como um esse espaço especial que é a criança pode conhecer novos tipos de relacionamento entre as pessoas de forma prazerosa e enriquecedora, visando inclusive, o amadurecimento emocional.

De maneira geral, a pedagogia hospitalar é um modo de ensino da Educação Especial que visa a ação do educador no ambiente hospitalar, no qual atende crianças com necessidades educativas especiais transitórias, ou seja, crianças que por motivo de doença precisam de atendimento escolar diferenciado e especializado. Cabe ao hospital buscar alternativas e métodos qualificados que possibilitem aos pacientes usufruírem de abordagens educativas por um determinado espaço de tempo (CALEGARI, 2003).

Trata-se de um processo alternativo de educação, pois ela ultrapassa os métodos convencionais escola/aluno, buscando dentro da educação formas de apoiar o paciente (crianças e adolescentes) hospitalizados. Este espaço de atuação do Pedagogo vem sendo estudado como uma nova visão de ensinar, dando oportunidade as crianças afastadas da escola por motivos de saúde, também ajuda nos transtornos emocionais causados pela internação, como a raiva, insegurança, incapacidades e frustrações que podem prejudicar na recuperação do paciente (RIBEIRO, 2003).

Compreende-se que a pedagogia hospitalar é um desafio, para o pedagogo que desenvolve um trabalho humanizado ajudando pacientes prejudicados na sua escolarização, proporcionando conhecimento e qualidade de vida ao paciente. A educação no hospital tem como princípio o atendimento personalizado ao educando

na qual se trabalha uma proposta pedagógica com as necessidades, estabelecendo critérios que respeitem a patologia do paciente.

1.3 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NAS MODALIDADE DE ENSINO

O pedagogo pode atuar em diversas áreas em ambientes educacional e não educacionais, tais como: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior, Gestão Escolar, Ambiente não escolar e Orientação e Supervisão Educacional.

O pedagogo na Educação Infantil: no final do século XIX, conforme Kuhlmann Júnior (2010), surgiu o interesse pela educação infantil através da necessidade do trabalho feminino, visando o atendimento da nova sociedade que estava sendo formada e não o bem-estar das crianças.

Diante disto, corrobora Kramer (1992), informando que as creches surgiram destinadas a alunos de 0 (zero) a 3 (três) e pré-escolas de 4 (quatro) a 6 (seis) anos para satisfazerem a sociedade moderna:

A educação pré-escolar começou a ser reconhecida como necessária na Europa quando, nos Estados Unidos, dominava a depressão econômica dos anos trinta. Seu principal objetivo era garantir emprego a professores, enfermeiros e outros profissionais e, simultaneamente, fornecer nutrição, proteção e ambiente saudável e emocionalmente estável para crianças carentes de dois a cinco anos de idade (KRAMER, 1992, p. 22).

Em 1919 no Brasil, as creches surgiram para que as mulheres tivessem condições de trabalhar, nelas eram oferecidos os serviços destinados a higiene, alimentação e segurança, segundo o autor supracitado.

Nota-se que a educação voltada para a pré-escola surgiu pela necessidade do fator econômico de profissionais das áreas da saúde e educação que visavam o interesse financeiro sobre as crianças menores de 05 (cinco) anos de idade, que não tinham o acesso à educação respaldada em lei, e que os pais precisavam trabalhar e deixar as crianças em um local seguro, desta forma dispondo de suas habilidades e competências os profissionais da saúde e educação criaram a pré-escola no qual forneciam o melhor serviço para as crianças menores de 05 anos.

Somente a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 que as creches e pré-escolas foram inseridas no sistema educacional. De acordo com a LDB (BRASIL, 2007) em seu art.º 29, descreve que a Educação Infantil, primeira etapa da Educação

Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Está promulgação do direito da inserção das crianças à escola é fruto das lutas e discussões da sociedade feminina da década de 1980, pois, após anos de lutas a sociedade conseguiu que as crianças tivessem o acesso à educação, visto que é na escola que as crianças aprendem a como conviver em grupo, portanto, a escolarização é fator indispensável para o desenvolvimento das crianças menores de 5 anos.

Segundo o art. 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988 as crianças e adolescentes tiveram direitos à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1988). Deste modo, vale ressaltar que tais direitos são de qualquer cidadão sem restrição de idade.

Entre tantos avanços voltados à Educação Infantil, ressalta se que em 1998, o MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE) formularam as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, no qual preocupavam com a qualidade do atendimento das crianças de 0 a 6 anos de idade (BRASIL, 1998).

Segundo Arribas (2004, p. 32): “a formação do educador deve ser entendida como um processo dinâmico, contínuo e permanente, tendo como base um conhecimento cada vez melhor da criança, conhecimentos psicopedagógicos [...]”. Observa-se que para ser professor não basta apenas ter formação e sim estar disposto a ter práticas pedagógicas contínuas para estar preparado para ser espelho para outros cidadãos.

O professor da Educação Infantil deve se disponibilizar para está atualizando suas teorias pedagógicas, assim irá surgir resultados em suas práticas na vida das crianças, sendo vista que o professor é um espelho para os alunos, tornar-se um ser crítico e criador de novas práticas educativas de acordo com as necessidades dos educandos, terá uma aula dinâmica e de bom rendimento (FREIRE, 1996).

Observa-se, portanto, a importância que possui a da pedagogia na área de educação infantil, uma vez que o profissional desta área atua diretamente a questões ligadas a educação de crianças tendo uma participação grandiosa no momento de inserção destas na área da busca de conhecimento que as acompanhará até sua vida adulta.

No Ensino Fundamental: no Brasil, com o fim da primeira metade do século XX, surgiu após a preocupação de alfabetizar crianças e adolescentes de 07 a 14 anos de idade, que não frequentavam a escola e eram analfabetos, tornando-se preferência no atendimento educacional.

Diante disto, foi promovido, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9394/96, o acesso ao Ensino Fundamental, com duração de 9 anos, totalmente gratuito, em escolas públicas. Mais especificamente, a criança inicia desde os seus 6 anos de idade, tendo como objetivo a formação fundamental. De acordo com Gonçalves (2010, p. 21):

Como o problema também afetava amplamente a população de 7 a 14 anos, faixa etária já então tratada como alvo preferencial do atendimento escolar, o debate sobre a universalização do ensino foi logo pautado pela demanda por ampliação das possibilidades de inclusão deste contingente etário na escola e, de forma mais específica e focalizada, no ensino fundamental.

A preocupação com o problema de analfabetismo da população de alunos de 7 a 14 anos, considerou-se como público que tinha preferência no atendimento educacional, como já mencionado. Porém, este público acabava por ser deixado de lado, passando, na verdade, a ser excluído dentro da escola. De acordo com Oliveira (2007, p. 671):

Passávamos da exclusão da escola para a exclusão na escola. Os alunos chegavam ao sistema de ensino, lá permanecendo alguns anos, mas não concluíam qualquer etapa do seu processo de formação, em virtude de múltiplas reprovações seguidas de abandono.

Deste modo, observa-se que após o crescimento do Ensino Fundamental, com a obrigatoriedade de ensino, ocorreu a chamada exclusão da escola, que era a reprovação ou evasão escolar, que até nos dias atuais ainda são eventos corriqueiros presentes na sociedade brasileira.

De acordo com a LDB (BRASIL, 2007, p. 22), o currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, “[...] a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado”.

Do sétimo ao nono ano (7º ao 9º ano), os alunos estudam conteúdos voltados à base, conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ensino da Arte

e Estudos Amazônicos. O currículo destinado ao Ensino Fundamental tem a obrigatoriedade de trabalhar conteúdos que tratem de forma direta os direitos das crianças e dos adolescentes, de 1º ao 6º ano, de forma a estimular os alunos através de atividades lúdicas, imagens, jogos, entre outros, com o objetivo de incentivar a criança a conhecer o viver socialmente (ALIENDE; CONDEMARIN, 2005).

Ainda conforme o autor supracitado, o pedagogo no Ensino Fundamental, em específico, como técnico educacional, tem como competência favorecer momentos descontraídos, com o objetivo de induzir os demais docentes a analisarem sobre suas práticas e didáticas pedagógicas, em busca de uma boa interação entre professor e aluno, ao utilizar a leitura de códigos dentro de contextos ligados ao cotidiano.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA): historicamente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), surgiu no período do Brasil, Colônia através da catequização dos indígenas, Em meados da década de 1940, mais precisamente, em 1947, ocorreu a primeira iniciativa do Ministério da Educação voltada para o atendimento educacional de jovens e adultos através da Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos –CEAA (BEISEGEL, 1974).

Essa Campanha tinha o objetivo de educação para cada indivíduo, conforme suas capacidades físicas e mentais, habilidades, instrumentos de domínio da sua cultura, técnicas que o homem pudesse desenvolver e ajustar se socialmente (BEISEGEL, 1974).

A Educação De Jovens E Adultos está respaldada em lei através do decreto de n. 7.031 de 06 de setembro de 1978, que institui a criação dos cursos noturnos voltado para adultos analfabetos em escolas públicas, desde então esta modalidade passou a ser obrigatória no ensino público (BRASIL,1978).

Segundo o art. 208 da Constituição Federal 1978, o dever do Estado com a educação é efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL,1978).

Desta forma, os jovens e adultos que não puderam ser alfabetizados na idade certa, por algum motivo particular, foram vistos pelo Ministério Da Educação, para que tenham o direito de ler e escrever, de forma obrigatória e gratuita, conforme está escrito na lei, e que possam aproveitar tal conquista de seus direitos. De acordo com

o Art. 37 da LDB (BRASIL,1978). Portanto, a Educação de Jovens e Adultos foi destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

Diante dos fatos relatados, o ensino do EJA foi destinado para jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos nos ensinos Fundamental e Médio na idade certa, conforme já mencionado, nos dias atuais, esta modalidade de ensino está sendo utilizada por jovens e adultos, opcionalmente, como um meio rápido para concluir os estudos.

A Educação de Jovens e Adultos tem se tornado uma das modalidades mais procuradas na atualidade, uma vez que grande parte dos ingressantes não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo, assim o pedagogo assume um papel primordial no que diz respeito a compreensão da vivência deste aluno e o estímulo a formação profissional deste.

Conforme Franco (2003), a atuação do pedagogo na Educação de Jovens e Adultos está voltada para a reflexão e organização de um plano de ação especificamente voltado para o ensino do EJA, sendo fatores e frutos do trabalho deste profissional, analisar como ocorre a transmissão dos conteúdos, buscar meios para que haja a permanência na escola e amenizar a evasão escolar, visto que, o pedagogo é o profissional capaz de mediar teoria pedagógica e práxis educativa.

Atuação do pedagogo no Ensino Superior: após a chegada da Corte Portuguesa no Brasil em meados do século XIX, ocorreu a estruturação do Ensino Superior no país, controlado pelo Estado que decidia quantas instituições seriam criadas, seus objetivos, curriculum e programas. Diante disto, surgiram as primeiras escolas superiores no país, tendo um modelo de ensino voltado apenas para as profissões liberais tradicionais, tais como: Direito, Medicina e Engenharias, que criadas em 1808, preservaram-se até 1934 (SAMPAIO, 1991).

As mudanças na educação do Brasil começaram após a Proclamação da República, em 1889, quando ocorreu a descentralização do Ensino Superior, que até então era privativo do governo, permitindo a criação de instituições privadas. Desta forma, entre os anos 1889 e 1918, foram criadas cerca de 56 universidades estaduais. O desenvolvimento do Sistema Federal, inicia-se em 1945, através da ideia de políticos e gestores de que cada Estado deveria ter uma universidade federal para o aprimoramento da cultura e da convivência social (MOREIRA, 2001).

O Art. 45 da LDB de 1996, afirmou que a educação superior passaria a ser ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização (FRANCO, 2003). Nota-se que a educação superior ganhou seu espaço e surgiu a oportunidade de jovens e adultos se prepararem para as diversas áreas voltadas para o mercado de trabalho.

Por meio da citada nova LDB a educação superior brasileira obteve mudanças que favoreceram a população brasileira. Na sequência, através da criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007 (BRASIL, 2007).

O governo tinha duas metas a serem alcançadas na educação superior, a primeira era as aulas no período noturno em universidades federais, e a segunda foi a articulação dos programas Fies e ProUni para que surgisse mais vagas nas universidades, voltado para um discurso retórico na qualidade do ensino, da educação, e a melhoria de vida da população que luta pelos seus direitos e deveres.

Por ser um profissional especialista em educação, o pedagogo está presente em todos os níveis educacionais, sendo um ser atuante voltadas nas práticas educacionais independentemente de qual nível educacional e, no Ensino superior este profissional irá ministrar conteúdos voltados a sua formação acadêmica (SAVIANI, 2004).

Assim, o pedagogo pode estar inserido no contexto da Educação Superior como professor, coordenador pedagógico, entre outras funções, já que este possui ampla habilidade, competência e aptidão para contribuir para a preparação profissional dos cidadãos.

Franco (2003), informa que os cursos de Formação dos profissionais da Educação devem considerar a diversidade brasileira e respeitar a autonomia institucional para elaboração de projetos pedagógicos, no mínimo de 3.200 horas, em período de formação de um mínimo de quatro anos para a integralização curricular.

Dentro da escola, além da docência em sala de aula, o pedagogo pode atuar em várias funções tais como, diretor, secretário escolar e técnico educacional. O técnico educacional engloba as funções de orientador ou supervisor educacional, se fazendo necessário compreender tais áreas e funções de atuação, o que se dedica a explicar no capítulo seguinte.

2 A GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR

2.1 A GESTÃO ESCOLAR: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

O ambiente educacional assim como outros ambientes, necessita de uma administração e organização para que possa ser alcançando os objetivos e metas daquela instituição. Nesta administração deve conter pessoas dispostas a buscar meios para que haja planejar, organização, direção e avaliação de um trabalho concluído com êxito na escola.

O histórico evolutivo da gestão escolar no Brasil, segundo Sander (2007), tem início no período da Primeira República, 1889 a 1930, marcado pela fase organizacional da administração educacional à semelhança do ocorrido na administração pública, um período com muitos movimentos de reformas na administração do Estado e na gestão escolar.

No Brasil, os olhares da gestão pública, bem como dos intelectuais da educação passam a se voltar para questões da administração escolar, ainda que de forma embrionária e sob as influências escolanovistas. Nesse sentido, o contexto político e social da República Velha contribui para os primeiros passos da organização da administração da educação brasileira, sendo que no campo da educação, essa efervescência intelectual se materializou na fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, e no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, no Rio de Janeiro (SANDER, 2007, p. 28).

Em termos educacionais, no período inicial da Segunda República, ainda conforme este autor supracitado, teve seu alicerce fundamentado no pensamento de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. A contribuição mais eloquente destes autores se deu, respectivamente, pelas teorias psicológicas, filosóficas e políticas.

Na década de 1930 também houve movimentos reformistas de Francisco Campos e Gustavo Capanema, desenvolveu-se a fase organizacional com o enfoque na preocupação de educar para o mercado de trabalho, com a oferta de cursos técnicos.

Para Anísio Teixeira, naquela época, havia uma inexistência quase absoluta da administração escolar no Brasil, pois não existia formação de administradores escolares. Desta forma, qualquer pessoa que trabalhava na escola, poderia exercer a função de dirigente escolar. Sobre essa condição, Souza (2006) que Anísio Teixeira

apresentou duas hipóteses: a primeira de que os professores eram tão perfeitos que não precisavam de diretores; e a segunda de que as escolas eram tão pequenas que os professores conseguiam resolver os problemas em uma espécie de anarquismo.

Na década de 1930, na fase organizacional, a administração escolar seguiu os princípios da escola clássica na administração pública, voltado para a formação de um sistema de ensino nacional. Esses princípios da escola clássica eram a racionalização da organização e execução do trabalho. Na Administração científica de Taylor (1990) a ênfase era nas tarefas a ser executada pelo operário, através da racionalização do trabalho. No entanto, é com Henri Fayol (1994) que o conceito de administração se destaca na Teoria Clássica da Administração, e que a ênfase se dá na estrutura organizacional, sendo que atribui ao administrador “prever, organizar, comandar coordenar e controlar” (MOTTA, 2014, p. 23).

A partir de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram mudanças de hábitos de consumo e de formação para o trabalho industrial, que exigiu maior qualificação do que as atividades do extrativismo e agricultura. Nestes termos, a escola adquiriu papel central na promoção dessas mudanças. Para que isso acontecesse, “[...] houve um significativo aumento do investimento público em educação e um enorme crescimento quantitativo dos sistemas de ensino em termos de escolas, colégios, universidades, matrículas e formação” (SANDER, 2007 p. 48).

A partir da década de 1960. Para reavaliar o papel da educação e sair da crise educacional, surge a fase sociocultural, com a valorização das disciplinas voltadas para atender as necessidades sociais do país. Essa fase é resultado da necessidade de ir além do econômico na gestão da educação, e buscar nas ciências sociais o alicerce para a compreensão dos problemas educacionais. Nesta fase sociocultural, procurou-se atender as exigências e particularidades econômicas, políticas e culturais do Brasil com a introdução das disciplinas de ciências sociais (RIBEIRO, 1986).

No contexto das décadas de 1960 e 1970 os educadores organizam-se e criam instituições em diversas áreas do conhecimento pedagógico. Em 1961, no campo da administração da educação vai ser criada a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar. Com a criação da ANPAE, o campo de pesquisa da administração escolar, no Brasil, ganha amplitude e profundidade. Essa Associação contribui para a reflexão sobre administração escolar e seus diferentes pensamentos em torno da mesma (MAIA, 2008).

A partir de 1980, a educação brasileira passa a receber propostas sustentadas pela perspectiva neoliberal, com a finalidade de promover reformas institucionais e administrativas dos setores públicos. A gestão escolar recebeu influências de concepções da qualidade total¹, o que significa que parâmetros de qualidade do meio empresarial redefiniram objetivos educacionais.

A fase organizacional da era republicana deu origem ao modelo de administração para a eficiência econômica. Da fase comportamental é possível derivar um modelo de administração para a eficácia pedagógica. A fase desenvolvimentista forneceu valiosos elementos para a construção de um modelo de administração para a efetividade política. Finalmente, o legado da fase sociocultural da história republicana é o modelo de administração para a relevância cultural (SANDER, 2007, p. 73).

A partir de 1986, iniciou-se a produção sobre “Gestão” conforme os artigos publicados na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), trazendo as seguintes abordagens: “[...] a escola nos seus aspectos contextuais e contingenciais, necessidade de construção coletiva do projeto político pedagógico, participação da comunidade para a eleição dos diretores (MAIA, 2008, p. 41).

Em se tratando da gestão democrática, a Constituição de 1988, no artigo 206, inciso VI, dispõe que fica estabelecido que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: inciso VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei e VII – garantia de padrão de qualidade (FREITAS, 2000).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação), (a LDB, nº 9394/96) regularizou o contido na Constituição Federal, acima citada, e ampliou o rumo da democratização, Essa Lei em seu Título II, Dos princípios e Fins da Educação Nacional Art 3º, determina que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- Em seu inciso VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino,
- IX – garantia de padrão de qualidade. Essas determinações apontam para uma descentralização e uma preocupação com a qualidade da educação.

Segundo Souza (2003), nas reformas educacionais, na década de 1990, houve a política de descentralização, considerada como solução para os problemas de qualidade de ensino O processo de eleições diretas para a escolha dos diretores e a constituições dos colegiados trouxe mudanças no perfil do diretor escolar, sendo que

para essas eleições diretas, exigiu-se que todos os professores tivessem pelo menos dois anos de serviço na escola para disputar o cargo.

No mesmo artigo da Constituição Federal de 1988, outro componente básico é a constituição do Conselho Escolar (CE), formado com membros de todos os segmentos da comunidade escolar, como pais, moradores do bairro, além de professores alunos e funcionários cuja função é gerir coletivamente a escola, fiscalizando a verba com transparência na prestação de contas, além da avaliação institucional escolar e promoção da eleição direta para diretor (MAIA, 2008, p. 45).

A democratização da gestão escolar é vista enquanto possibilidade de autonomia da unidade escolar e de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, contando com a participação efetiva de toda a comunidade escolar em que pressupõe que as instâncias colegiadas tenham um caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares. Sob a perspectiva da democratização da gestão escolar o Projeto Político Pedagógico, o conselho escolar, o conselho de classe, a eleição de diretores, são instrumentos da gestão democrática (OLIVEIRA, 2010).

O autor supracitado, ressalta que estão presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Dentre os princípios na referida lei está o Proposta Pedagógica que é indispensável para a elaboração de uma proposta pautada nos trâmites democráticos. No seu artigo 14, a elaboração da proposta pedagógica deve contar com a participação dos profissionais da educação, na construção de projetos educacionais articulados com as políticas nacionais, levando em consideração a realidade específica de cada instituição de ensino.

A busca por uma gestão democrática, com a participação ativa de toda a comunidade escolar no processo de ensino e aprendizagem do educando é uma luta contínua das escolas públicas e um princípio presente na atual Constituição Federal. A gestão educacional representa o trabalho coletivo desenvolvido no ambiente educacional que não é limitado apenas na área da escola, surgiu para a que haja a organização e controle do sistema de ensino que resulta em mudanças nas relações do trabalho escolar com aspectos positivos visando o melhor para a sociedade (OLIVEIRA, 2008).

Destarte, no cotidiano escolar é o diretor ou a equipe diretiva quem busca organizar, analisar e resolver problemas do dia a dia, ressalta se que na gestão de

uma escola o diretor não está sozinho, não resolve e nem agir sem consultar a equipe, sendo vista que na gestão democrática cada componente tem sua função.

[...] Para que haja uma gestão democrática é necessário que seja vista como coletividade através dos funcionários da escola, a gestão democrática, por um lado, é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns, por outro, depende também de capacidades, responsabilidade individuais e de uma ação coordenada e controlada (LIBÂNEO, 2007, p. 326).

As atribuições do gestor na escola são diversas pois é ele quem está envolvido direto e indiretamente no funcionamento da escola, desde o trabalho dos vigias, os professores, equipe de apoio e o alvo principal da escola, o aluno. Ao falar em gestão, é importante esclarecer sobre a função do diretor, segundo Paro (2005, p. 73):

Em termos práticos, as atividades de direção restringem-se ao diretor – e aos assistentes de diretor, sem coadjuvante no comando da escola. Mas estes também acabam se envolvendo em atividades rotineiras que pouco têm a ver com uma verdadeira coordenação do esforço do pessoal escolar com vistas à realização de objetivos pedagógicos. Concorrem para isso, em grande medida, as precárias condições de funcionamento da escola [...].

Diante desse quadro, não é difícil imaginar as dificuldades da direção em coordenar esforços de pessoas cujas atividades dependem de recursos inexistentes. A escola é um exemplo de uma instituição organizacional sendo vista que sua postura está voltada para o desenvolvimento da sociedade, trabalhando com princípios e métodos que possam apoiar a sociedade de forma estrutural e material para que haja bons resultados na vida dos educandos que nela acredita (VANNI, 1976).

Lück (2009) frisa que por ser um profissional transmissor de conhecimentos, o pedagogo atuante na gestão escolar tem o objetivo de planejar e promover a implementação do Projeto Político Pedagógico- PPP da escola, deve monitorar processos e avaliar resultado, buscar desenvolver trabalhos em equipe, promover a integração escola-comunidade, desenvolver o trabalho em equipe, mobilizar e manter mobilizados atores na realização das ações educacionais, manter o processo de comunicação e diálogo aberto entre a escola e comunidade, planejar e coordenar reuniões eficazes, atuar de modo a articular interesses diferentes, estabelecer unidade na diversidade, resolver conflitos em situações de tensão.

2.1.1 A gestão escolar: compreendendo a liderança

Diariamente o gestor escolar necessita tomar decisões. Desmarques (2021), afirma que a decisão correta, realizada com confiança, sempre faz parte de um conhecimento interior sólido e baseado na sabedoria. Quando aprendemos a tomar as decisões corretas, e não decisões motivadas pelo medo, todas as ilusões se desvanecem e diluem no sentimento de responsabilidade pelo nosso futuro. As decisões que necessitamos tomar, encaixam numa dinâmica que nada tem a ver com a decisão na nossa frente, mas antes o futuro que pretendemos alcançar.

Na direção de uma escola, é preciso decidir o melhor caminho a seguir. Hill (2019), comenta que não há limites para alguém que esteja realmente convicto do que deseja alcançar. No entanto, muitos gestores não conseguem ser líderes e essa situação é mais comum do que se possa imaginar. Isso acontece porque o próprio gestor não se sente líder.

Assim como diversas habilidades, a liderança também pode ser desenvolvida. O primeiro passo para isso se tornar realidade é, antes de mais nada, saber liderar-se a si mesmo. Maxwell (2011) diz que reconhecer que liderar a si mesmo é um desafio. Segundo o autor supracitado, a pessoa que é líder de si mesmo não perde o rumo porque sabe onde quer chegar. Ele traça um plano de ação para alcançar seu objetivo. Não há como realizar uma ação sem planejamento, os resultados seriam constrangedores e negativos.

Os líderes devem tocar o coração antes de pedir que o liderado lhe dê a mão. Não é possível estabelecer interação se você não se esforça para ouvir e compreender. Além de não ser justo pedir ajuda de alguém com quem você não estabeleceu uma boa interação, isso também não tem nada de eficaz (MAXWELL, 2011, p. 70).

Liderar com o coração é ter a capacidade de ouvir, de conhecer os liderados e saber que são pessoas, são seres humanos que sonham que tem ideais. Liderar não é exercer controle, é apontar caminhos, é direcionar. Liderança não se impõe, se conquista. Quando um líder conquista a confiança dos liderados, conquista também o incentivo e a motivação. Também é possível corrigir erros, aplaudindo acertos, inspirando sempre, evitando críticas e tendo autocontrole. Essas ações parecem difíceis. Decidir pelo outro é sempre mais fácil do que decidir por si próprio.

[...] com uma situação para a qual não há comportamento eficiente disponível (na qual não podemos emitir uma resposta que seja provavelmente reforçada), comportamo-nos de maneiras que tornam possível o comportamento eficiente (melhoramos nossas chances de reforço). Ao fazê-lo, tecnicamente falando, executamos uma resposta "preliminar" que muda ou o ambiente ou a gente mesmo, de forma tal que o comportamento "consumatório" ocorra (SKINNER, 1968, p. 127).

Skinner ainda afirma que os processos de resolução de problemas ou de ter uma ideia, são algumas das respostas preliminares podem ser encobertas, o que pode lançar luz sobre a dificuldade de se identificar as variáveis envolvidas nesses processos, abrindo o flanco para que causas mentais sejam invocadas como explicação. Segundo ele, tais respostas encobertas, presumivelmente, foram reforçadas no passado por estarem associadas a outros comportamentos que produziram a solução de um problema.

Liderar o interior é saber o que fazer, porque fazer e para quem fazer, isso porque, ao se ter um propósito, é possível liderar em uma direção alinhada com a sua visão, missão e com os valores que se tem. Usar esse método, é poder estimular os liderados a darem o seu melhor onde eles estejam inseridos com coerência e ética, através do respeito e disciplina (MAXWELL, 2011). Falhas acontecerão e deverão ser trabalhadas para não se repetirem e a disciplina com brandura, paciência e firmeza evitarão que elas se repitam. Um eu líder é paciente, calmo, focado e exemplar.

Através da liderança, consegue-se demonstrar tranquilidade e tolerância, também sendo autêntico e praticante daquilo que se prega. Pontualidade e compromisso são suas bases, a inovação e a humildade seu telhado. Um bom líder sabe que ninguém é bom em tudo. Se almejar resultados rápidos, deverá lembrar que seus liderados precisarão de tempo suficiente para o amadurecimento. O segredo para isso está no controle de suas emoções e ações diárias (HILL, 2019).

Para conquistar a confiança, é necessário conhecer e reconhecer que o ser humano precisa de um modelo que gere nele a vontade de mudança. Um líder que se importe, que ouça e que ame o ser humano acima de todos os seus defeitos ou falhas. Liderar o interior antes do exterior é se conhecer intimamente, sendo que, se amar, antes de liderar o outro é regra básica para o sucesso de um líder.

É necessário ter domínio próprio para se defender ou resolver problemas que poderão surgir na vida pessoal, profissional e emocional. Decidir e resolver para não adoecer mentalmente com as frustrações, discriminações ou perdas, mas poder se

reconstruir quantas vezes forem necessárias. Liderar é antes de tudo ter a capacidade de ouvir para entender, para conhecer para resolver para promover.

Cita-se algumas das tarefas da dinâmica cotidiana de um gestor, demonstrando-se como acontece o auxílio do técnico educacional. A educação vem acompanhando as transformações do século XXI, e a gestão pedagógica ainda está em processo de adequação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo. Tudo isso exige uma demanda cada vez maior de que as escolas ajudem os estudantes a desenvolverem novas competências e habilidades, o que traz mais desafios para os gestores escolares na adaptação de seus currículos.

Nesta dinâmica o técnico educacional auxilia o gestor da seguinte forma:

- Nas questões relacionadas ao conhecimento interpessoal para saber lidar com a diversidade e o outro, dentro e fora de sala de aula.
- quanto ao conhecimento cognitivo para que alunos desenvolvam o pensamento crítico e saiam da escola letrados, não apenas alfabetizados.
- Encontrar estratégia para desenvolver as habilidades exigidas dos estudantes do século XXI, tais como, flexibilidade, criatividade e a capacidade de trabalhar em equipe, que remete à capacidade de se conectar e interagir com os outros, ou seja, empatia.

Essas demandas respondem às exigências da sociedade que espera encontrar indivíduos capazes de liderar, tomar decisões, resolver conflitos e, claro, utilizar os conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica. O gestor escolar administra com enfoque principal de garantir o acesso do aluno à escola, tomar medidas para que a permanência dos discentes e docentes aconteça, ser um porta-voz para comunicar aos responsáveis, comunidade e corpo docente sobre as decisões tomadas, bem como, realizar a adequação do conteúdo pedagógico com base nos problemas encontrados durante a comunicação.

2.2 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A orientação educacional surgiu no Brasil em meados da década de 40, voltada para ajudar jovens na escolha de sua formação profissional. Com o passar dos anos, a atuação do orientador educacional ficou voltada ao atendimento dos estudantes, dentro e fora do ambiente educacional (GRINSPUN, 2002).

A história da Orientação Educacional foi marcada pelo aparecimento de acontecimentos que enfatizaram e direcionaram os interesses da prática da Orientação Educacional e suas dimensões no cenário educacional. Tal movimento esteve continuamente relacionado, de maneira estreita, com as tendências pedagógicas e suas repercussões nos processos de escolarização (HONORATO, ALBUQUERQUE, 2008).

Nota-se, historicamente, que os cursos de Pedagogia assumiram a missão de formar profissionais para o exercício de funções ligadas à gestão educacional, tais como os administradores escolares, orientadores educacionais e supervisores de ensino.

Pimenta (1988), mostra que a orientação educacional surgiu no Brasil, na década de 1940, quando o país enfrentava mudanças e passou a incluir nas orientações nas escolas para ajudar ao adolescente em suas escolhas profissionais. O Decreto n. 17.698, de 1947, apresenta as primeiras referências ao cargo de orientador nas escolas estaduais, especialmente nas Escolas Técnicas e Industriais.

Os mencionados espaços, nos quais estes profissionais se ocupavam com os estudos e as práticas da Orientação Profissional e isso se tornou um primeiro passo decisivo rumo à atuação do Orientador nas escolas, por meio da Lei Orgânica do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola (GRINSPUN, 2002).

De acordo com o autor supracitado, esse documento, a implantação do Serviço de Orientação Educacional tinha como objetivos que cada aluno se encaminhasse convenientemente nos estudos e na escolha da profissão, por meio dos esclarecimentos e aconselhamentos, sempre em parceria com a família. Desta maneira o aluno provavelmente seria capaz de fazer escolhas mais acertadas para os estudos profissionais.

O serviço de Orientação Educacional assumia teoricamente um método corretivo e preventivo, característica de atuação mencionada no decreto que apresentava como necessidade a identificação dos problemas ou de tudo aquilo que poderia prejudicar o equilíbrio da escola, procurando saná-los por meio de estratégias de aconselhamento e da construção de um clima de harmonia (BALESTRO, 2005).

Diante dessa nova atuação, nota-se que o Orientador Educacional assumiu um lugar de manutenção das classes sociais, ou seja, algo de grande importância para o seu desenvolvimento teórico e prático. Com isso, a valorização legal destinada à

função possibilitou a expansão quantitativa e qualitativa dos Orientadores Educacionais no país.

Em 1961, ocorreu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61. Nesta diretriz legal reafirmou-se a necessidade do serviço de Orientação Educacional e fixou-se normas para a formação do Orientador Educacional para atuação no ensino primário e médio. Diante dessas modificações, a atuação deste profissional ficou definida como um orientador de estudos e um conselheiro vocacional. Em 1968, com a promulgação da Lei nº 5564/68 nota-se maiores avanços. Com ela, o Orientador Educacional recebeu o reconhecimento de sua função na escola, de modo que passou a atuar na Orientação Educacional dos alunos, de maneira individual ou em grupo, nas escolas de 1º e 2º grau (BALESTRO, 2005).

Percebe-se que objetivo deste trabalho esteve relacionado com a promoção do desenvolvimento integral do aluno, nas orientações dos aspectos relacionados à personalidade do mesmo e na sua preparação para o exercício das opções básicas, por meio das ações da Orientação Vocacional.

A história da Orientação Educacional a partir da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases nº5692, de 1971A atuação do orientador educacional passou por várias incertezas e questionamentos no decorrer dos anos. No decreto de nº 72.826, de 26 de setembro de 1973, o orientador educacional participa de todos os acontecimentos que envolvia a escola, tratando das questões curriculares, objetivos, avaliação, métodos de ensino, demonstrando a preocupação com o aluno e com o processo de ensino aprendizagem (MEDINA, 1995).

Na LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional, de 1996, de número 9394, o orientador educacional tem seu espaço reconhecido, podendo intervir nas atividades dos demais profissionais da escola, pois está inserido no ambiente educacional para oportunizar ao educando o seu desenvolvimento educacional, por meio de ações planejadas e dinâmicas, elementos que possam influenciar em sua formação como cidadão, seja intelectual, físico, social, moral, emocional, educacional e vocacional. Na mencionada lei, no seu art. 64, deixa claro que:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996, p. 43).

Diante disto, nota-se a importância da presença de um orientador na escola, pois é ele quem prestará suporte pedagógico ao professor, inclusive para que a Educação seja um direito de todos, conforme descrito na LDB, e que seja respeitado a diferença de cada pessoa. Portanto, a atuação do Orientador Educacional é de fundamental importância pois é ele quem cria, promove e descobre métodos que sejam viáveis no desenvolvimento pessoal e intelectual do educando.

2.3 A SUPERVISÃO EDUCACIONAL

O primeiro registro legal sobre a atuação do Supervisor Escolar no Brasil data-se de 1931, período que estes profissionais eram chamados de orientadores pedagógico, com a função de inspecionar os professores. A função de Supervisor Escolar surge quando se quer a orientação pedagógica e estímulo à competência técnica, em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições (ANJOS, 1988).

De acordo com Saviani (2003), o final da década de 1950 e início da década de 1960, o Supervisor Escolar tem a função de treinar os educadores a fim de garantissem a execução de uma proposta pedagógica voltada para a educação tecnicista, dentro dos moldes norte-americanos.

Posteriormente perceberam que o preparo do Supervisor Escolar, poderia levá-los a atuar "interferindo, diretamente no que ensinar, no como ensinar e avaliar, educando professores e alunos para uma organização escolar fundada na ordem, na disciplina e na hierarquia e cimentada na visão liberal cristã (PAIVA, 1997, p. 40).

Na Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 5692, de 1971, em seu capítulo V, artigo 33, reforça a responsabilidade deste profissional com relação à prática pedagógica exercida na escola, institucionalizando a supervisão, ao referir-se à formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas em educação. A supervisão passa a introduzir modelos e técnicas pedagógicas atualizadas para a época, mas, o superviso não perde o vínculo com o poder administrativo das escolas, conforme Medina (1995, p. 40):

Agora o seu papel é o de assegurar o sucesso no exercício das atividades docentes por parte de seus colegas, professores, regentes de classe. O Supervisor Escolar possui legalmente um poder instituído que determina suas

ações frente ao corpo docente e à proposta pedagógica da escola, e a partir de então, sendo reconhecido como profissional da educação, passando a ter suas atribuições definidas pelos órgãos superiores.

De acordo com Libâneo (2002, p. 35) o supervisor educacional é: “um agente de mudanças, facilitador, mediador e interlocutor”. Observa-se que este profissional é quem está apto para fazer a articulação entre os docentes, discentes, equipe diretiva e toda a comunidade escolar, com o objetivo de contribuir no desenvolvimento individual, político, econômico e ético.

A função do supervisor tornou-se acompanhar o trabalho do docente, tendo em vista que os professores buscam apoio do supervisor com o intuito de qualificar suas práticas pedagógicas, seja no atendimento das necessidades dos alunos, no controle, nas formações continuadas ou em orientações.

O supervisor abdica de exercer poder e controle sobre o trabalho do professor e assume uma posição de problematizador do desempenho docente, isto é, assume com o professor uma atitude de indagar, comparar, responder, opinar, duvidar, questionar, apreciar e desnudar situações de ensino, em geral, e, em especial, as da classe regida pelo professor (MEDINA, 1995).

O supervisor educacional faz parte do corpo de professores, tendo em vista que na escola tem seu trabalho especificamente voltado para a coordenação pedagógica, assuntos relacionados a currículo, métodos de avaliação, estímulos de coletividade de estudo, estão voltados para as atribuições do trabalho do supervisor (RANGEL, 2001).

Em suma, enquanto supervisor ou orientador pedagógico, compete ao pedagogo a coordenação, elaboração e implementação do projeto político pedagógico (PPP) da escola, com a participação dos funcionários da instituição, o que é fator indispensável na construção do projeto. Este profissional auxilia os professores em questões referentes ao processo de ensino e aprendizagem, coordenação de planos de ensino, participação no conselho de classe, entre outros.

2.4 TÉCNICO EDUCACIONAL E SEU AMBIENTE DE INTERAÇÃO

A atribuição do técnico educacional surgiu com a união dos cargos de supervisor e orientador educacional. Na concepção de Garcia (1995, p. 45), “o papel do pedagogo dentro da escola, seja ele nos cargos como: orientador, supervisor

educacional ou administrador escolar, é bastante oportuno sobre as habilitações determinadas no Parecer 252/69”, devendo-se considerar que as habilitações postas ao pedagogo são necessárias dentro do ambiente escolar e compreendidas no estudo da identidade do pedagogo.

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de Pós-graduação, a critério da Instituição de Ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996, Art. 64. p. 56).

Assim, conforme está previsto na Lei, o especialista em educação/ técnico possui formação no curso de Pedagogia, onde está habilitado a exercer a função de supervisão, coordenação, orientação, gestão educacional, além de atuarem também com aula na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental menor, se preferir.

As habilitações visavam à formação de técnicos com funções supostamente bem especificadas no âmbito das escolas e sistemas de ensino que configurariam um mercado de trabalho também supostamente já bem constituído, demandando profissionais com uma formação específica que seria suprida pelo Curso de Pedagogia, então reestruturado exatamente para atender a essa demanda (SAVIANE, 2007, p. 120).

No entanto, Libâneo (2006, p. 12), tece uma crítica apontando o quanto é difícil crer “que um curso com 3.200 horas possa formar professores para três funções que têm, cada uma, sua especificidade”. Ele esclarece seu argumento pontuando que à docência, a gestão, a pesquisa, ou formar, ao mesmo tempo, bons professores e bons especialistas, com tantas responsabilidades profissionais a esperar tanto do professor como do especialista. Insistir nisso significa implantar um currículo inchado, fragmentado, aligeirado, levando ao empobrecimento da formação profissional.

Ao criticar as múltiplas funções dada ao profissional do curso de Pedagogia, entende-se que o autor menciona que por ser um curso com 3200 horas, o pedagogo terá que assumir um leque de responsabilidades, podendo surgir a hipótese de que muitos desses profissionais podem não ser bons no cargo que estarão ocupando, com isso, o curso de Pedagogia poderá perder a credibilidade por conta de tantas responsabilidades que foram postas ao pedagogo.

A Resolução nº 7150, de 16 de junho de 1993, dispõe sobre a configuração do Especialista em Educação Básica na Rede Estadual de Ensino. Art. 10. É papel específico do Especialista de Educação (Supervisor ou Orientador Escolar) articular o

trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando os trabalhos dos coordenadores de área, dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família (HONORATO, ALBUQUERQUE, 2008).

O diploma legal, no seu artigo 10, atribui aos Especialistas em Educação Básica a articulação do processo de ensino-aprendizagem, a corresponsabilidade com a direção na liderança da gestão pedagógica, o norteamento do planejamento, a implementação e o desenvolvimento das ações educacionais em torno do eixo ensino-aprendizagem. São campos de atuação interligados e articulados entre si: o desenvolvimento curricular e Ensino Aprendizagem e a organização relação escolar interna e com a comunidade. Esta Resolução atribui igualmente ao Orientador Educacional e ao Supervisor Pedagógico as mesmas responsabilidades (OLIVEIRA, 2010).

Ao falar do trabalho do técnico educacional ou especialista em educação, é necessário que se busque conhecer como funciona o seu trabalho, uma vez que, as atribuições deste profissional no ambiente escolar estão articuladas através da formação do professor por meio do curso de Pedagogia. Segue uma possível descrição das atividades do técnico educacional:

- Planejar, orientar e supervisionar.
- Analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem.
- Traçar metas, estabelecendo normas.
- Proporcionar educação integral aos alunos.
- Elaborar projetos de extensão.
- Realizar trabalhos estatísticos específicos.
- Elaborar apostilas.
- Orientar pesquisas acadêmicas.
- Utilizar recursos de Informática.

Seu trabalho cotidiano é marcado por mudanças de acordo com a sociedade no qual está inserido. De maneira geral, suas tarefas compreendem coordenar as atividades e ensino, planejamento, orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo, como também, assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3 AS CONTRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS PARA O TRIPÉ DOCENTE-FAMÍLIA-DISCENTE, COM VISTAS À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 METODOLOGIA APLICADA AO ESTUDO

O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, por meio de uma revisão da literatura, com fontes secundárias, realizada através da busca de artigos com os seguintes descritores: “Educação de qualidade”, “problemáticas individuais e coletivas refletidas na Escola” e “o papel dos técnicos educacionais”, fundamentado em vários autores que tratam da temática em questão.

Severino (2007, p. 122) destaca que “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

De acordo com Mattos (2015) a revisão bibliográfica ou levantamento de literatura é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. “Literatura” cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos.

Na presente pesquisa foi realizada uma análise qualitativa, pois, ao mesmo tempo em que se utilizou elementos particulares, buscou-se a medição dos resultados através da análise dos artigos que corroborassem com a temática estudada.

Na pesquisa qualitativa, Minayo (2001, p. 21) descreve como aquela “que se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Foi utilizada também uma pesquisa descritiva que de acordo com Gil (1999), têm como intuito principal descrever com detalhes as características de uma

população em questão, um fenômeno, uma situação. Existem muitos estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Sobre a pesquisa exploratória que também foi aplicada, Gil (1999) diz que este tipo de pesquisa tem como objetivo fundamental a identificação dos fatos que definem ou que colaboram para o acontecimento de um fenômeno. Ela busca explicar como o fenômeno ocorre e quais os fatores que contribuem para o acontecimento. Entre todos os tipos de pesquisa, essa é a que mais se aprofunda na informação dos fatos.

A revisão integrativa tem uma abordagem metodológica ampla referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão integral do fenômeno a ser estudado. Com a combinação dos dados teóricos e empíricos é possível realizar a definição de conceitos, revisão de teorias e evidências e análise de problemas metodológicos de um tópico específico (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Os autores supracitados esclarecem que a revisão de literatura foi eleita como método de pesquisa porque permite a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis acerca da temática abordada, sendo o seu produto final o estado atual do conhecimento do tema investigado, a implementação de intervenções efetivas na assistência à saúde e a redução de custos, bem como a identificação de lacunas que direcionam para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS COM VISTAS À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

3.2.1 Interação Escola, Técnico Educacional e Família

Os pais, possuem um papel importantíssimo no desenvolvimento educacional dos seus filhos, fazendo com que eles planejem o que julgam necessário para a vida. Cury (2003), incentiva os pais a motivar seus filhos, a mostrar a eles o sonho de uma estabilidade financeira e social melhor, se tiverem o auxílio do técnico educacional e os professores, os familiares terão jovens seguros e capazes:

Você pode não ter dinheiro, mas se for rico em bom senso, será um pai ou uma mãe brilhante. Se você contagiar seus filhos com sonhos e entusiasmo, a vida será enaltecida. Se for um especialista em reclamar, se mostrar medo da vida, temor pelo amanhã, preocupações excessivas com doenças, estará paralisando a inteligência e emoção deles [...] (CURY, 2003, p. 31).

Observa-se que o autor também critica pais que transmitem negatividade para seus filhos, como por exemplo preocupações, onde reflete na vida do aluno causando inúmeros problemas, cabe aos pais, professores e técnico educacional orientar seus alunos para que adquiram maturidade com o decorrer do tempo para desfrutarem de uma vida independente, trata-se de uma independência financeira, social e emocional.

O objetivo de criar um filho é permitir que o mesmo descubra o que quer ser enquanto adulto, tornar-se uma pessoa capaz de se auto satisfazer é um fator indispensável para que este aluno consiga se sentir importante na sociedade em que está inserido, desenvolvendo relações construtivas e satisfatórias para a construção da identidade, diante disto, a escola e a família desenvolvem o sentimento de dever cumprido ao ver o aluno crescendo na vida pessoal e profissional (BETTELHEIM, 1992).

A equipe diretiva da escola é quem deve promover a criação de um ambiente educacional propício para que haja a participação da sociedade no desenvolvimento de cidadãos críticos, assim, a escola ofertará espaços de interação na troca de experiências e ideias, resultando em uma educação de qualidade e formadora de cidadãos críticos.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p. 67).

Nota-se que o processo efetivo da educação ocorre nas práticas pedagógicas, e de uma equipe diretiva que valoriza a cultura e o contexto familiar dos alunos. Assim, o técnico educacional buscará metodologias que englobem a participação direta da família em atividades desenvolvidas no contexto educacional, fazendo com que haja superação das dificuldades encontradas no dia a dia.

Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo: no entanto a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa instituição. A escola tem sua metodologia, sua filosofia, no entanto ela necessita da família para concretizar seu projeto educativo (PAROLIN, 2003, p. 99)

Deste modo, compreende-se que a escola e a família são duas unidades que precisam andar uma do lado da outra para que consigam alcançar o objetivo de preparar o aluno para o mundo, não deixando a desejar a responsabilidade que cada

uma possui no processo educacional do aluno. É um fator fundamental do técnico educacional promover projetos em benefício da conscientização do papel da família na vida do aluno.

A relação família-escola é fundamental no processo educativo. Porém, na nossa sociedade nem sempre essa relação se complementa, pelo o contrário é comum a escola se queixar da ausência da família e vice-versa. A relação família-escola é fundamental no processo educativo. Porém, nem sempre essa relação se complementa, pelo o contrário é comum a escola se queixar da ausência da família e vice-versa.

É importante frisar que a escola nunca educará sozinha, porém, torna se atribuição da escola junto com os pais continuar discutindo, informando e principalmente orientando sobre as ações voltadas para a elaboração das propostas pedagógicas, ressalta se que a família sempre reconheça a sua responsabilidade com o aluno (REIS, 2007)

São inúmeros os desafios postos diante do professor, fazendo com que amenizem a produtividade do docente no ambiente educacional, diante de vários fatores que abalam a sua produtividade enquanto docente. Conforme Heerdt (2003), a mudança, o novo, o questionamento, o diferente, quase sempre são causa de insegurança e medo. Mas é necessário ousar e enfrentar estas dificuldades em parceria da família para que possa ter resultados positivos no ambiente educacional

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2001, p.11).

Assim, faz se necessário a intervenção do técnico educacional e a família para que conscientize o docente à auto avaliar-se em suas aulas, fazendo com que reorganize suas metodologias voltadas na facilidade de assimilar os conteúdos enquanto aluno, valorizando o ritmo e a potencialidade de cada, tendo em vista que assegure que todos recebem a equidade, de acordo com a realidade da sociedade no qual está inserido, e valorizando a cultura e espaço de cada aluno.

Observo que, apesar das teorias que embasam a nossa prática educativa, os testemunhos vêm inflamados de emoção e distantes das teorias preconizadas. Essa realidade vivida não corresponde aos que gostariam de

viver. Encontrei no tema lição de casa uma realidade que é vivida/sofrida e distante da idealizada. [...] Poucas, escolas, educadores ou crianças falam bem e de forma construtiva dessa "tarefa". Parece que a lição de casa está em volta de uma sombra e precisa ser clareada. Ela é ou tem sido em muitas escolas e famílias uma tarefa que não tem servido para nada, e não é responsabilidade de ninguém especificamente (PAROLIN, 2007, p. 68).

A autora evidencia que é necessário a avaliação voltada as atividades desenvolvidas para casa, tanto por parte da escola quanto da família. Torna-se atribuição da escola trabalhar a importância dessas atividades extraclasse para que o aluno tenha gosto para realizá-las. Ressalta que o papel da família na escola é de suma importância para que possa acompanhar o desenvolvimento educacional do aluno, assim, evita qualquer conflito que possa surgir entre escola e família, tais atividades tornam se um elo entre ambas.

Vasconcellos (2006), pontua que, por ser formadora de seres críticos, capazes de pensar, criar, relacionar e fazer construir um projeto de vida, torna-se função da escola desenvolver todo o seu trabalho voltado no cotidiano do aluno, buscando melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem do aluno, assim, o bem-estar e social do aluno estará garantido enquanto escola

É indispensável que família e escola sejam parceiras, com os papéis bem definidos, onde não se pratica a exigência e sim a proposta, o acordo. A família pode sugerir encontros para a escola, não ficando presos somente às reuniões formais, pois além de ser um bom momento para consolidar a confiança, podem discutir juntos acerca dos seus papéis. A escola pode estimular a participação dos pais, procurando conhecer o que pensam e fazem e obtendo informações sobre a criança (LOPES, 2009, p. 1).

Observa se que autora menciona que a participação da família no ambiente educacional é um fator indispensável para o desenvolvimento crítico do aluno, está participação faz com que surge informações, sugestões e solicitações para que a escola possa rever suas práticas pedagógicas, no qual aproxima a escola da realidade de vida dos alunos, com o auxílio das atribuições do técnico educacional os alunos se sentiram estimulados a ter interesse nas atividades escolares.

3.2.2 Um olhar para os dilemas da tecnologia e da globalização

No momento atual da história humana, a tecnologia tem oferecido vantagens gigantescas a todos que buscam informações sobre quaisquer assuntos em apenas

um deslizar de suas digitais. Toda essa tecnologia tem sido recebida com aplausos pelos adultos, pelos jovens e, principalmente, pelos adolescentes e até crianças.

A tecnologia criou a informática que uniu os povos e suas culturas, o que corresponde ao avanço com a globalização. Hoje, não é necessário ir a outros países ou Estados brasileiros para conhecê-los, bastando apenas ter um celular nas mãos para navegar virtualmente por todo o continente sem sair da cama ou do sofá.

Atualmente, temos cada vez mais facilidade de acesso a equipamentos, tais como telefones móveis, tablets, computadores portáteis, entre outros. A principal característica de cada um desses artefatos é reunir uma série de mídias – como câmera de foto e vídeo, gravador e reproduzidor de áudio, acesso à internet e a outros aplicativos – integrados em dispositivos móveis ao alcance de nossas mãos. Esses recursos estão cada vez mais acessíveis. Eles não apenas possibilitam armazenar informações, mas também acentuam e estimulam esforços de construção de autoria compartilhada. Além disso, há ainda os diferentes meios de interação entre pessoas, o que modifica significativamente a dinâmica de circulação, recepção e autoria de informações (FANTIN, 2012).

O autor fala sobre a inteligência coletiva pelo universo digital pois, todas as informações buscadas na Internet podem ser acessadas com apenas um clique, diferente de anos passados quando as informações estavam apenas nas bibliotecas físicas, municipais ou escolares. As informações eram repassadas também por telejornais ou revistas periódicas. Hoje, com a internet a informação é disseminada muito rapidamente a todos que a buscarem, inclusive os alunos.

De acordo com Ribble (2010), a cidadania digital consiste no uso responsável e apropriado da tecnologia. Trata-se de um conceito que pode ser de grande utilidade no auxílio a pais, responsáveis, professores e comunidade escolar, no sentido de fazer com que crianças e adolescentes sempre estejam conectados à internet para uso positivo. No entanto, dispositivos móveis em ambientes escolares compreendem virtudes e riscos envolvidos na participação no mundo digital.

O aluno está inserido nesse meio digital tendo os dispositivos móveis mediando práticas sociais, porém, na maioria dos casos, não sabe como se comportar e agir dentro desse universo, faltando a ele instruções e orientações quanto a como esse universo é vasto, cheio de informações que escondem grandes perigos à mente.

Um estudo feito pela American Psychological Association *apud* Linhares (2016), afirma que os nascidos entre 1995 e 2010 são considerados a geração mais estressada. Outro estudo, realizado pela mesma organização em 2018, concluiu que além do stress, a chamada geração Z, também não possui esperança em ter dias

melhores. Segundo os participantes, desta pesquisa, as redes sociais são a maior fonte de ansiedade, sendo que, 45% deles afirmaram que a vida digital os deixa com a sensação de julgamento e 38% alegaram que se sentem mal em não estarem felizes o tempo todo.

A cada dia, novos aplicativos, novos jogos e novas informações geram vontade de adquiri-las. Nesta direção a equipe de técnicos educacionais promovem as devidas orientações e informações na escola, visto que, tanta informação sem uma sábia orientação, tem deixado adolescentes e crianças descontroladas emocionalmente, isso por não saberem lidar com essas ferramentas tecnológicas.

3.2.3 Diálogo e empatia no âmbito escolar

Uma das funções básicas do ambiente educacional é garantir ao educando, por meio do processo de ensino aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades e valores necessários à sua socialização. A escola ainda contribui significativamente nos aspectos culturais básicos, domínio da leitura, da escrita, da ciência das artes.

Essa comunidade escolar adulta é formada por seres humanos, cada um com sua história, pessoas que trabalham incansavelmente pela sua própria sobrevivência, e ainda se auxiliam mutuamente, de forma direta ou indireta. É um local onde há uma busca por respostas em diversas questões que predominam no meio e são refletidos no ambiente escolar. Temas como indisciplina, evasão escolar, a participação da família, entre outras questões corriqueiras na realidade das escolas. Diante do que foi dito, faz-se necessário um olhar mais urgente para dentro das escolas, pois é um lugar de muitas batalhas físicas e emocionais diárias não resolvidas.

Cortella é um crítico da educação tradicional e dos seus métodos, pois segundo ele, para a clientela escolar atual, os métodos e ferramentas tradicionais encontram-se ultrapassados. Para ele o educador demonstra um despreparo quando não avança na mesma intensidade que a tecnologia e também não está preparado para usar as ferramentas tecnológicas no processo educativo (CORTELLA, 2014).

Neste contexto, faz-se necessário o olhar da equipe de técnicos educacionais para uma reformulação nas práticas educacionais, no atendimento à sua clientela, assim como no redirecionamento dos professores e demais profissionais sobre o que se pretende alcançar com o ensino, uma clareza nos reais objetivos do processo educacional.

Observa-se diariamente dentro das escolas que a tristeza e a angústia aumentam a cada dia. A solidão é visível nos corredores e até dentro das salas de professores. Ressalta-se que as instituições de ensino além de representar o lugar de informação, é preciso que seja inserida em suas grandes curriculares uma abordagem mais voltada à orientação emocional.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001) a depressão pode ser classificada como um grande problema de saúde pública, estando entre a quarta de todas as doenças onerosas, haja vista as consequências causadas ao indivíduo, podendo levar até o suicídio. Essa patologia, chamada atualmente de "o grande mal do século" é considerada um transtorno de humor, que precisa ser identificado e tratado. É um transtorno mental bastante comum nos dias de hoje, somente na América Latina existe estima-se que 24 milhões de pessoas sofram da doença.

Atualmente faz-se necessário que as escolas abordem projetos de convivência, uma atenção minuciosa com a qualidade da aprendizagem evitando assim o famoso fingimento. Fingimento da convivência saldável da disciplina; o fingimento de que os alunos estão estudando; fingimento que o docente seja participante ativo dos planejamentos da escola ou ainda, quando a família finge que basta entregar os filhos e o equipamento escolar dará conta do que tem que ser feito.

Cada escola tem de se organizar como uma força-tarefa para impedir que haja uma degeneração na convivência. [...] É preciso que haja uma regeneração dessa questão numa convivência, num espaço que não seja arcaico, em que a tecnologia tem sua presença, que o ensino não seja de conteúdos abstratos, mas que sejam ideias que tragam a reflexão do concreto, em que não haja autoritarismo, mas que a autoridade seja um elemento de constituição sólida da convivência, em que haja uma estrutura colaborativa em vez de trabalhar como competição (CORTELLA, 2014, p.22).

Nota-se que o diálogo está morrendo a cada dia. As pessoas estão conectadas com o mundo virtual, mas estão alheias e indiferentes as que estão em sua volta. Isso se reflete em todos os ambientes, desde a entrada à cozinha. Nota-se que os participantes da escola estão aplaudindo a felicidade dos artistas e intelectuais na internet, mas não estão incentivando a convivência. A consequência disso é o estresse e a depressão.

É importante que as mudanças aconteçam de verdade dentro das escolas ou serão espaços de produção de exaustão, estresse e solidão. O estresse emocional em sala de aula acontece devido a junção de fatores mal administrados

emocionalmente na escola, como falta de motivação, cobrança excessiva, transtornos emocionais, cansaço, intrigas, violência escolar, fadiga, fofoca, insatisfação pessoal e profissional, gerando ansiedade, estresse e baixa autoestima. A pressão psicológica na escola, é um dos fatores agravantes, que retarda o desenvolvimento dos alunos, professores e educadores.

A empatia na escola ajuda na formação do indivíduo. Trabalhando a empatia dentro da sala de aula, o professor consegue trabalhar outras competências socioemocionais, como a solidariedade, fazer com que o estudante esteja aberto ao novo, seja cooperativo. Pois, ouvir é a ação de perceber algo utilizando o sentido da audição.

Cury (2017) explica que ser humano em suas diversas atividades diárias, como o stress do trabalho, tem esquecido ou deixado de praticar a arte de ouvir e de dialogar que são cultivadas no terreno da confiabilidade, da empatia e da liberdade. Onde há falta de confiança, cobranças excessivas e controle social, essas duas preciosas funções da existência não sobrevivem. As duas se completam e dependem uma da outra, pois, quem não sabe ouvir nunca saberá dialogar.

Devido à falta de empatia entre alunos e professores, professores e pais, pais e “escola”, a confiança tem falecido em suas relações humanas e sociais e como consequência, há alunos odiando as matérias porque simplesmente a relacionam com a personalidade de seus professores e a personalidade é como uma grande escola e, a maioria dos professores conhecem no máximo a posição das carteiras de seus alunos dentro da sala de aula, mas não tem buscado os conhece emocionalmente.

A empatia não acontece por imposição e sim pela conquista. Ser simpático não é estar sempre sorrindo, mas é saber compreender o outro acima de seus defeitos, problemas e erros diários. Não existem humanos perfeitos, existem pessoas que ao observar modelos que o direciona a ser melhor, ele assim o faz e é através da empatia que se desenvolve o ato de ouvir para então poder se falar.

Saltini (1999) aponta que a afetividade representa a energia que direciona e motiva o aluno ao ato de aprender, desta forma, ratifica-se a importância do relacionamento afetivo durante o processo de ensino aprendizagem e as atitudes, tanto do professor quanto do aluno, para o sucesso escolar. Segundo o autor, a escola deveria também saber que, em função dessa articulação, a relação que o aluno estabelece com o professor é fundamental enquanto elemento energizante do conhecimento.

Através das histórias que se ouve, as pessoas passam a fazer perguntas gerando com isso o diálogo e com o diálogo passam a conhecer as pessoas através de suas histórias. São suas histórias que geram no outro a confiança para a liberdade de melhorar o que já são. Ninguém nasce pronto. As pessoas são moldadas de acordo com o meio social que vivem e é nesse meio que seres humanos podem se tornar medrosos, inseguros ou, pessoas corajosas capazes de realizar seus próprios sonhos.

A afetividade constitui um papel fundamental na formação da inteligência, de forma a determinar os interesses e necessidades individuais do indivíduo. Atribui-se às emoções um papel primordial na formação da vida psíquica, um elo entre o social e o orgânico (WALLON, 2008, p. 73). Dessa forma, é perceptível que através da afetividade se constroem grandes seres humanos através de verdadeiras amizades. Quando o homem ouve as histórias de vida e experiência do outro passam a valorizar o que ele tem de melhor, sua existência. Quando conta suas histórias, estão na verdade repassando importantes informações do seu "EU" a quem os desconhece e assim conquistam sua confiança, com a proposta de serem inesquecíveis a quem simpatizou pelo que realmente são.

Na arte de educar se faz necessário que os educadores sejam menos críticos aos erros de seus educandos; que apontem menos suas ansiedades e diminuam seus prolongados discursos muitas vezes sem fundamentos. Que elaborem métodos capazes de incentivá-los a serem empáticos através da empatia no ambiente escolar. Pois, a afetividade é capaz de fazer a diferença, quando se registra uma excelente imagem no interior dos alunos e com isso, se tornara mais fácil poder educá-los.

O professor deve encantar seus alunos diariamente através do diálogo e da afetividade com elogios e menos críticas. Exaltar cada pequeno gesto afetivo e inteligente dos seus alunos. Perguntar sobre seus sonhos e instigá-los a falar sobre seus medos é uma maneira de construir neles o senso crítico que todo ser humano deve ter para poder ser líder e gestor de suas emoções. Através da afetividade com seus alunos, professores evitarão suicídios. Farão com que seus alunos renasçam para a vida e superem traumas até mesmo por falta de afetividade no lar.

O processo de ensino-aprendizagem precisa favorecer os conhecimentos prévios do aluno e suas múltiplas vivências, e o afeto neste contexto proporciona não somente um ambiente agradável para professor e aluno, mas sim uma educação humanizadora voltada para a transformação, centrada na solidariedade. Essa relação

bonita entre professores e alunos são necessidades urgentes que precisam ser exercidas dentro das escolas para que haja progresso significativos rumo as melhorias no ser humano participativo das demandas escolares e que possa ser expandida a toda a comunidade escolar.

3.2.3 Consequências pós-pandemia para o alunado

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), declarou o surgimento de uma nova doença provocada por um vírus do tipo corona vírus - a Covid-19. Foi considerada uma emergência de saúde pública de interesse internacional com alto risco de se espalhar para outros países ao redor do mundo e a caracterizou como uma pandemia.

A citada OMS afirmou ainda que uma das consequências da pandemia inclui o aumento dos sofrimentos psicológicos, dos sintomas psíquicos e dos transtornos mentais, provocados diretamente pela infecção ou por seus desdobramentos secundários, implicações para a saúde mental em situações como a descrita, que já foram relatadas na literatura científica.

Segundo o Instituto de Medicina Estudos e Desenvolvimentos (IMED), o isolamento social, em detrimento à pandemia do novo Corona Vírus, patologias como depressão, ansiedade se intensificaram e nos quadros mais leves destacam-se a preocupação excessiva e nos casos mais graves, a tentativa de autoextermínio (BRASIL, IMED, 2020).

O cenário atual pós-pandêmico, revelou consequências devastadoras devido à mudança brusca na rotina das pessoas e certamente em outros países. O isolamento social advindo das medidas restritivas no período da pandemia, provocaram o adoecimento físico, mental e social, assim como, o desemprego, entre outras dificuldades, causaram danos inimagináveis ao ser humano em todas os grupos sociais (MACHADO, 2021).

A Fundação ABRINQ, por exemplo, diante do isolamento social realizou a pesquisa denominada Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil, trazendo as seguintes informações: segundo o INEP, a complementação do Censo Escolar mostrou que 99,3% das escolas brasileiras suspenderam as atividades presenciais em função da pandemia, parte delas também ajustou a data do término

do ano letivo de 2020, visando o enfrentamento das consequências pedagógicas decorrentes dessa suspensão (BRASIL, ABRINQ, 2021).

Um dos sintomas que atingiram em cheio o sistema educacional brasileiro na pandemia foi o aumento da evasão escolar. A dificuldade de acessar o conteúdo das aulas e a necessidade de contornar a crise financeira levou muitos alunos a desistirem das aulas em 2020. Ao retornar às aulas, é de extrema importância abordar os aspectos emocionais, as inseguranças, a adaptação do ensino remoto para a presença física nas escolas e, refletir sobre as novas dinâmicas que surgem no cotidiano escolar.

A equipe técnica educacional precisa ter a convicção de que toda a comunidade escolar precisa de cuidado mais elevado com as emoções, com a mente e com o corpo físico, pois os impactos do isolamento social na qualidade de vida das pessoas durante e após a pandemia por COVID-19, trazem a necessidade diária de pessoas conscientes que queiram lutar e ajudara a todos que hoje se encontram doentes, não mais pelo vírus, mas pelas consequências que ele deixou.

3.2.4 O Resgate da aprendizagem pós-paralização e voltas às aulas

Machado (2021) afirma que crianças que ficaram em casa durante o isolamento social na pandemia, sem acesso à escola, podem ter desenvolvido o estresse tóxico, que é um nível de stress forte, frequente e com ativação prolongada no organismo podendo gerar hiper vigilância e exaustão nas crianças. A autora ainda afirma que esse estresse tóxico causa hiperatividade nos circuitos neuronais que controlam as respostas de medo, provocando no cérebro uma interpretação de ameaça, podendo levar às respostas de agressão como defesa.

Também sobre isso, o Conselho Nacional de saúde publicou o impacto da pandemia na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras que se relacionam a exaustão, esgotamento físico e emocional, adoecimento psicológico, falta de proteção e condições adequadas para o trabalho. São situações que apesar de tudo, as pessoas ainda não superaram todo o trauma causado por esse período desafiador e ainda precisam cuidar do seu emocional que emocionalmente ainda está bastante abalado.

Com a suspensão das aulas presenciais em razão da necessidade de combater os efeitos do COVID-19, os gestores, professores e técnicos educacionais, se viram sobrecarregados e diante de um cenário completamente novo e inesperado, com

prejuízos lastimáveis para o processo ensino aprendizagem, portanto, todos no enfrentamento de mais um desafio para a Escola.

O papel dos técnicos educacionais é de base para todos os outros, são eles que:

- Estudam todo o processo exigido para fornecer o máximo de segurança à equipe e aos alunos,
- Resolver questões das demandas cotidianas pós-crises, tanto por parte da docência, quando do alunado e familiares,
- Apoio as tomadas de decisões da gestão.
- Dar suporte à comunidade escolar, como um todo.

Embora haja os esquemas de vacinação, a pandemia não pertence ao passado, sendo necessário observar ainda as medidas de proteção sanitária. Em busca de recuperar o atraso e prejuízo do aprendizado dos alunos, os técnicos educacionais têm um longo trabalho pela frente, que aponta para um planejamento de volta às aulas que vise dar suporte efetivo aos professores conseguirem auxiliar seus alunos no resgate da aprendizagem prejudicada.

3.2.5 As perdas e os sofrimentos: oportunidades de construção

Kupfer (2021), psicanalista e professora da Universidade de São Paulo (USP), em entrevista à Fundação Padre Anchieta, falou sobre mecanismos de defesa e cotidiano após um ano da chegada da pandemia do novo Corona vírus, afirmando que o cansaço, o desânimo, o esgotamento e o luto ainda estão presentes no dia a dia da humanidade.

Para a psicanalista, em um momento incomum como este que a humanidade vive, o mais importante é tentar encontrar novas formas de reagir e reinventar o cotidiano, seja no trabalho ou em casa. No caso dos adultos, além de enfrentarem esse desafio, devem também apoiar e ajudar as crianças ao seu redor a superarem suas dificuldades, visto que, tudo tem começo, meio e fim, mas as crianças não veem o fim, porque estão no meio ao processo. Então, cabe aos adultos repassar e tranquilizar as crianças.

Com tudo isso, é possível observar o desgaste emocional pós-pandêmico. Como foi citado, o ser humano está reaprendendo a viver e conviver em sociedade. As marcas e cicatrizes dos que sobreviveram à pandemia do COVID-19, ainda estão

superando o luto, conviver com essa dor tem dificultado para muitos, a percepção de que a vida continua. Sobre o luto do COVID-19, Rohde diz:

O luto é a reação emocional à perda de uma pessoa amada. Normalmente, é acompanhado de emoções intensas, muitas vezes dolorosas. Mesmo assim, a maior parte das pessoas se adapta à perda e às mudanças de vida que a acompanham. Os rituais de despedida e o suporte de outras pessoas são importantes no processo de aceitação e adaptação. Em algumas situações, por características psicológicas da pessoa que sofreu a perda, da relação que existia com a pessoa que morreu, ou pelas circunstâncias da morte, esse processo de adaptação pode não ocorrer, levando a quadros de desadaptação, como o Transtorno de Luto Prolongado ou o Transtorno de Luto Complexo Persistente (ROHDE, 2021, p.52).

Ainda segundo Hohde, os cuidados com o luto devem ser através de cartas e áudios que podem também servir como objetos de ligação entre o paciente e seus familiares/entes queridos. Após o falecimento, é importante, preparar uma imagem final do paciente, com a permissão da família, o que pode ser útil para os familiares que não puderam visitar o paciente, facilitando assim, a assimilação do luto.

Assim como o transtorno de luto prolongado, existem outras consequências deixadas pela pandemia do COVID-19. A exemplo disso, cita-se o novo normal, um conceito dado as práticas adquiridas durante a pandemia que tem participação do cotidiano das pessoas causando desconforto, adaptação de elementos que não eram usados no dia-a-dia como as máscaras, álcool em gel e outros mais, isso em todos os grupos sociais. Lembrado que muitos alunos e demais sujeitos do âmbito escolar perderam seus entes queridos.

Silva (2013) afirma que desde a infância as pessoas são ensinadas que toda e qualquer perda é sofrimento, seja ela por morte de ente querido, quebra de relação amorosa e até mesmo a não realização de sonho ou objetivo considerado importante na vida. O autor supracitado ainda diz que as pessoas são preparadas para viver com o risco constante de grande sofrimento, mas o ser humano não foi preparado para perdas e quando alguma coisa dá errado é motivo de se autopunir, se machucar e nas condições mais profundas, até mesmo motivo para tirar a própria vida.

O pensamento negativo permite que hormônios relacionados ao estresse fiquem descontrolados, e, sem tratamento adequados, isso pode causar algumas das doenças e problemas que com frequência afligem as pessoas na atualidade (EDWARDS, 2016, p. 04)

Segundo o autor citado acima, uma vez que se comece a ter uma atitude positiva, as pessoas começam a desenvolver autoconfiança e segurança de que

podem realizar qualquer coisa. As afirmativas positivas ou negativas que o ser humano vivencia diariamente na sua mente definirão seu EU e, é isso que a Inteligência Multifocal prega, o poder dos pensamentos, pois de acordo com o que se pensa as pessoas estarão tristes ou felizes, frustradas ou realizadas, segundo Cury (2017).

Na infância, quando uma criança está aprendendo a andar, os pais a cercam de toda forma, dando-lhe apoio em seus primeiros passos, porém, se e os pais ao invés de apoiar, a incentivasse a andar sozinha, eles estariam estimulando essa criança a não ter medo e, mesmo que tenha dificuldades, essa dificuldade pode ser superada praticando o andar sozinha. Ainda que com quedas, machucados e choros, essa criança andar naturalmente porque isso faz parte da natureza do ser humano.

Ensinem as crianças a importância de expressarem seus próprios pensamentos sem medo, e ensine-as a aceitar ou rejeitar, por sua própria vontade, todas as ideias dos outros, reservando para si mesmas, sempre, o privilégio de as submeterem ao seu próprio julgamento (HILL, 2014, p. 137).

Portanto, no caso da morte de ente querido, o sofrimento, especialmente mais intenso, costuma ser acompanhado de um ritual preparado para abranger a totalidade das pessoas ligadas afetivamente à pessoa falecida e à família. A equipe técnica educacional, precisa dar apoio, reservando momentos para dialogar sobre as perdas que acontecerão no decorrer da vida.

É preciso viver o luto, mas entender que faz parte da vida e que a morte de um ente querido em uma cultura o ritual é de sofrimento e perda, já em culturas orientais o mesmo ato é uma celebração pela partida, ou seja, as mesmas ações podem gerar sentimentos diferentes. É a pessoa que decide se mediante as perdas se ela será forte e dará forças a outros em sua reconstrução ou simplesmente naufragará em seus pensamentos destrutivos de tristezas, medos e culpa.

3.2.6 A imprescindível contribuição do técnico educacional

Os afazeres do técnico educacional, tem sua história como marco de desenvolvimento atrelado a da Psicologia, que data do século XVI e procurava através de psicotécnicas traçarem aptidões correlacionadas a atividades específicas. Seu desenvolvimento como função específica dentro do contexto escolar se dá no rastro dos avanços da Psicologia. No entanto, é preciso considerar que a noção sempre se

fez presente na esfera educacional, tendo em vista que a Educação em si se propõe a orientação do ser (GRISPUN, 1992).

Na verdade, a atribuição do técnico educacional surgiu com a união dos cargos supervisor e orientador educacional, fazendo com que seu trabalho ultrapasse os muros da escola, anteriormente, este profissional era visto com um inspetor e disciplinador de alunos, jamais visto com um intermediador de conflitos escolares, e facilitador do trabalho docente, auxiliando a formação de cidadãos críticos com a ajuda do professor e da família.

O cotidiano do coordenador pedagógico ou pedagogo educacional é marcado por experiências diferentes no decorrer do dia a dia e o profissional, muitas vezes, é levado a refletir sobre quais atitudes tomar em situações desordenadas, assim, o planejamento é um fator indispensável para o cotidiano da escola.

[...] o trabalho do coordenador (a) pedagógico- educacional visa ao melhor planejamento possível das atividades escolares, faz-se necessário que ele (a) seja capaz de analisar suas ações, no dia a dia, identificando quais aspectos – em que medida – podem e devem ser aperfeiçoados ou organizados melhor (PLACCO; ALMEIDA, 2010, p. 50).

O trabalho do coordenador pedagógico deve estar voltado em análises, principalmente, quando se trata das atividades desenvolvidas na escola, sabendo diferenciar as atividades importantes, de rotina, urgência e que podem ter pausa, terá uma grande elevação do rendimento do trabalho e suas atividades estarão organizadas.

CONCLUSÃO

A escola é um ambiente em que se adquire valores, possuindo profissionais com uma visão de totalidade sobre a prática coletiva em um trabalho orientado na relação professor x aluno, professores x coordenadores pedagógicos, que qualifiquem o ensino da melhor forma possível, com o objetivo de formar cidadãos consciente e crítico

Verificou-se que função do técnico educacional se ampliou, englobando às preocupações da Educação que se refletem na sociedade e vice-versa. Este profissional dedica-se, entre outras tarefas, a responder aos reclamos e à mediação de conflitos, a dar suporte para a gestão e para a docência, atenção aos pais e ou responsáveis e, principalmente, aos alunos no que tange às suas necessidades educacionais e emocionais.

O principal objetivo da função do técnico educacional é garantir que o processo de ensino-aprendizagem seja bem-sucedido para os alunos. Este pedagogo desempenha tarefas cotidianas que compreendem o atendimento a pais e alunos, planejamento do processo educativo, estando presente em todas as atividades desenvolvidas na escola, até mesmo auxiliando na formação dos professores com quem trabalha.

A presença do técnico na escola é extremamente útil porque este possui conhecimentos que podem ajudar a equipe diretiva da escola, pois ele é um pedagogo que recebeu teorias na academia e, estes conhecimentos devem estar articulados no processo de ensino aprendizagem

Fico passível de conclusão que os técnicos educacionais representam papel de suma importância no desenvolvimento dos educandos, não somente voltados às questões pedagógicas, mas com um olhar sobre o educando como um todo, com vistas a uma Educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALIENDE, Felipe; CONDEMARIN, Mabel. (Org.). **A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- BALESTRO, M. **A trajetória e a prática da orientação educacional**. Revista Prospectiva n. 28, 2004/2005.
- BETTELHEIM, Bruno. **Uma vida para seu filho – pais bons o bastante**. 18. ed. São Paulo: Campus. 1992.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição Da República Federativa do Brasil**. Brasília: 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2019.
- BRASIL, MEC. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer nº 017/2001. Brasília. MEC/CNE, 2001.
- BRASIL. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Nº 9.394/96 de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Fundação ABRINQ. **Pandemia de Covid-19 no Brasil**. 2021. disponível em: <https://www.fadc.org.br/taxonomy/term/pandemia>. Acesso em: jul. de 2022.
- BRASIL, Instituto de Medicina Estudos e Desenvolvimentos (IMED). **O isolamento social, em detrimento à pandemia do novo Corona Vírus**. 2020. Disponível em: <http://imed.org.br/estudos/>. Acesso em jul. de 2022.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, escola e docência**. Novos tempos, novas atitudes/São Paulo: Cortez, 2014.
- CUNHA, N. H S. **A Brinquedoteca Brasileira**. In: SANTOS, M. P. dos. Brinquedoteca: O lúdico em diferentes contextos. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- CURY, Augusto. **Pais Brilhantes – Professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- CURY, Augusto. **12 Semanas para Mudar sua Vida** – São Paulo: Editora Academia de Inteligência, 2007.
- DATNER, Yvette. **Jogos para educação empresarial: jogos, jogos dramáticos, role playing, jogos de empresa**. São Paulo: Ágora, 2006.
- DESMARQUES, Dan. **Audácia: Como Tomar Decisões Rápidas e Eficientes em Qualquer Situação**. São Paulo: Editora Lions, 2021.
- EDWARDS, Poppi. **O Poder do pensamento Positivo: Como Avaliar seu Estresse e Mudar sua Vida**. 2016. www.babelcube.com. Acesso em jun. de 2022.

ESTEVEES, Antonio J. (org.), **A sociologia na escola – Professores, educação e desenvolvimento**. Porto, Afrontamento, 1989.

FANTIN, M. **Mídia-educação no ensino e o currículo como prática cultural. Currículo sem Fronteiras** [on-line], v. 12, n. 2, p. 437-452, maio/ago. 2012.

FONSECA, Eneida Simões e CECCIM, Ricardo. **Atendimento pedagógico-educacional hospitalar: promoção do desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança hospitalizada**. Revista Temas sobre Desenvolvimento, São Paulo, v.7, no 42, pp.24-36, jan./fev., 1999.

FRANCO, Maria Amélia S. **Para um currículo de formação de pedagogos: indicativos**. In: PIMENTA, Selma G. (org.), **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**, 3.ed., São Paulo: Cortez, 201, p.101- 129

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FREITAS, Marcos Cezar de. **Para uma sociologia histórica da infância no Brasil**. In: (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 11-18.

GARCIA, Regina Leite. **Síntese das Anotações dos Especialistas no Encontro com a Professora Regina Leite Garcia. Palestra: O papel do especialista na escola atual**. In: Evento: O Papel do Especialista na Escola Atual; Inst. Promotor-financiadora: Secretaria Municipal de Educação de Itajaí, 1995.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Tradução: Isabel Narciso, Porto: Porto Editora, 1999. (Coleção Ciência da Educação Século XXI)

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. (coleção questões da nossa época, v.1).

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. (2006). disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf>. Acesso em jul. de 2022.

GONÇALVES, Harryson Júnio Lessa.; ABENSUR, Patrícia Lima Dubeux; QUEIROZ, Soraya Menezes. **Identidade de profissionais da educação na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: os especialistas em educação**. Sinergia, São Paulo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, v.10, n.1, p.9-15, jan/jun./2010. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/>

edu/prp/sinergia/complemento/sinergia_2010_n1/pdf_s/segmentos/artigo_01_v10_n1.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. **A prática dos orientadores educacionais**. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 1992. .

GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2002.

HEERDT, Mauri Luiz e COPPI, Paulo. **Como Educar Hoje? Reflexões e propostas para uma educação integral**. São Paulo: Mundo e Missão, 2003. p. 34,69,70

HEMSATH, Dave e YERKES, Leslie. **Divirta-se: saiba tornar seu ambiente de trabalho agradável e divertido**. São Paulo: Futura, 1998.

HILL, Napoleon. **Mais esperto que o diabo**. Porto Alegre: CDG, 2019.

HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida de. **O orientador educacional no Brasil**. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/XgF GvjdzBmGDQgJHprVBnxB/abstract/?lang=pt>. Acesso em jul. de 2022.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, Leitura e Escrita: formação de professores em curso**. São Paulo, Ática, 2010.

KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010

KUPFER, Maria Cristina. (Orgs). **Práticas inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno-sujeito**, São Paulo: Editora Escuta, 2021.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1992.

LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002 e 2005.

LIBÂNIO, José Carlos. **Diretrizes Curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 27, n. 96, 2006.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de. TOSCHI, Mirza S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LINHARES, Maria Beatriz Martins. **Estresse precoce no desenvolvimento: impactos na saúde e mecanismos de proteção**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Sp37RNtbJQKzBPPTKBWJrfj/?lang=pt>. Acesso em jul. de 2022.

LOPES, Isolda (Org.). **Pedagogia empresarial: formas e contexto de atuação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Wak, 2009.

LOPES, Patrícia. **Atuação dos pais na educação**. 2009. Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_gestao_unicentro_ivetefreitasdacosta.pdf> Acesso em 11 de novembro de 2019.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf> Acesso em: 25 de ag. de 2019.

MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil**. UCDB. Campo Grande - MS. 2008.

MACHADO, Maria Lucia (Org.). **Encontros & desencontros em Educação Infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021. p. 235-248.

MEDINA, Antônia da Silva. **Supervisão Escolar: da ação exercida à ação repensada**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, A. Flávio. **Currículo, cultura e formação de professores educar**, Curitiba, n. 17, p. 39-52, 2001. IN: SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios educar. Curitiba, n. 31, p. 73-89, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a06.pdf>> Acesso em: 7 de jun. de 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 -Especial, p. 661-690, out. 2012. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003> >. Acesso em 02 de maio de

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão Democrática da Educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OMS, Organização Mundial d Saúde. **Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Disponível: 2001. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42390/WHR_2001_por.pdf;jsessionid=BFFE3CA1158860A3B83733F3E45E4E1F?sequence=4. Acesso em> jun. de 2021.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Doença causada pelo novo corona vírus (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-covid-19>. Acesso em jun. de 2022.

ORITZ, LCM. Ensinando a alegria á classe Hospitalar. Vida, Saúde, Educação e Meio ambiente. 7p. Jul/Set.1999.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública**. 3a edição. São Paulo: Ática, 2005.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Família e Escola: Instituições Parceiras.** IN: **Temas em Educação II.** 2003. São Paulo. Anais... São Paulo: Futuro Congresso e Eventos Ltda., 2003 p. 91-99.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Pais e educadores: quem tem tempo de estudar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública.** São Paulo: Loyola, 1988.

PIMENTA, Selma Garrido; LIBÂNEO, José Carlos. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança.** 1999, DISPONIVEL EM: <https://www.scielo.br/j/es/a/GVJNtv6QYmQY7WFv85SdyWy/abstract/?lang=pt>. Acesso em jul. de 2022.

PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R **O papel do Coordenador Pedagógico.** São Paulo, **Revista Educação.** Ed. Segmento, ano 12, nº 142, fev. 2010.

RANGEL, Mary (org.). **Supervisão Pedagógica: Princípios e práticas.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

REIS, R. P. **Relação família e escola: uma parceria que dá certo.** Mundo Jovem, n. 373. fev. 2007.

RIBBLE, M. **Digital Citizenship in Schools.** 2010. Disponível em: Acesso em: 25 mai. 2021.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990).** Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANDER, BENNO. **Administração da Educação no Brasil: Genealogia do Conhecimento.** Brasília: Liber Livro, 2007.

SALTINI, Cláudio J.P. **Afetividade e inteligência.** Rio de Janeiro: DPA, 1999.

SAVIANE, Dermeval. **Pedagogia: o espaço da educação na universidade.** Cad. Pesqui. São Paulo, v. 37, n. 130, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742007000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 de setembro de 2019.

Skinner, B. F. **Teaching thinking.** Em B. F. Skinner., **The technology of teaching** (pp. 115-144). New York: Meredith Corporation. (1968).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Amadeu Bernardo. **Como lidar com a perda/São Paulo/Brasil-2013.**

SOUZA, Marcela Tavares; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQT BkVJZqcWrT T34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jul. de 2022.

WALLON, H. **Afetividade e aprendizagem**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **O currículo organizado em ciclos de formação. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2006. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_gestao_unicentro_ivetefreitasdacosta.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

VEIGA, Ima Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VIEIRA, Paulo. **Poder e Alta Performance: Manual prático para reprogramar seus hábitos e promover mudanças profundas em sua vida**. São Paulo: Editora Gente, 2017.